

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária
Departamento de Economia

PEDRO HENRIQUE SILVESTRE DE SOUSA

**UMA MOEDA ÚNICA NA AMÉRICA LATINA E SEU SIGNIFICADO EM TERMOS
DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

SÃO PAULO

2025

PEDRO HENRIQUE SILVESTRE DE SOUSA

**UMA MOEDA ÚNICA NA AMÉRICA LATINA E SEU SIGNIFICADO EM TERMOS
DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como um pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação do Prof. Dr. Áquilas Nogueira Mendes.

**SÃO PAULO
2025**

Sistema de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Sousa, Pedro Henrique Silvestre

Uma Moeda Única na América Latina e seu significado em termos de Desenvolvimento Econômico / Pedro Henrique Silvestre de Sousa. -- São Paulo: [s.n.], 2025.

72p.; 12,5 x 7,5 cm.

Orientador: Prof. Dr. Áquilas Nogueira Mendes.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Graduação em Ciências Econômicas, 2025.

1. América Latina. 2. Moeda Única. 3. Desenvolvimento Econômico. 4. Introdução. I. Mendes, Áquilas Nogueira. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Trabalho de Conclusão de Curso para Graduação em Ciências Econômicas. III. Uma Moeda Única na América Latina e seu Significado em Termos de Desenvolvimento Econômico.

Banca Examinadora

Dedico esta monografia ao meu Deus e ao seu infinito amor que me alcança todas as manhãs, aos meus pais por todo o apoio e à minha amada Rebeca pelo companheirismo.

AGRADECIMENTOS

Foram cinquenta e quatro meses intensos, atravessados por uma pandemia e marcados por incontáveis noites de estudo. Valeu a pena! Expresso aqui minha sincera e eterna gratidão a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste sonho.

Agradeço ao corpo docente da FEA PUC-SP, pela formação sólida e humanista que me proporcionou como economista. Estendo minha gratidão a todos os funcionários da Universidade, cuja dedicação silenciosa foi essencial para que a vida acadêmica se desenvolvesse com qualidade e excelência.

Agradeço a Deus, por estar sempre comigo e direcionar os meus caminhos. À minha família, que me guiou com amor e empenho até aqui, deixo minha mais profunda gratidão: nada disso seria possível sem o esforço e a entrega que sempre me ofereceram.

À minha querida Rebeca, agradeço por cada gesto de carinho e pelo apoio incondicional em todas as etapas deste trabalho. Seu afeto e companheirismo foram fundamentais para que eu seguisse com serenidade.

O meu muito obrigado aos meus colegas Henrique, Antônio, Heitor e Bruno que tornaram o processo mais leve e prazeroso, agradeço por todo auxílio, por todos os momentos vividos e os aprendizados obtidos nestes últimos anos. Agradeço ao meu amigo Weslei, que me apresentou ao fascinante universo da economia.

Agradeço especialmente ao meu orientador, professor Dr. Áquilas Nogueira Mendes, pela escuta atenta, pela generosidade intelectual e pelos conselhos certos ao longo de todo o percurso. Desde a idealização até a finalização deste projeto, sua orientação foi decisiva. Levarei comigo seus ensinamentos por toda a vida. Sou grato, sobretudo, pela compreensão nos momentos decisivos, que tornaram possível a conclusão desta monografia.

Por fim, agradeço a todos que, de algum modo contribuíram para a minha entrada, permanência e formação na Universidade. Esta conquista é também de vocês.

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é se não uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.”

Madre Teresa de Calcutá.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a proposta de criação de uma moeda única na América Latina à luz das condições estruturais, institucionais e simbólicas que moldam a integração regional. Para isso, realizou-se uma revisão sistemática da literatura, composta por 21 artigos científicos selecionados a partir de critérios metodológicos. A análise foi organizada em três eixos: 1) a dimensão jurídico-institucional, abordando os entraves normativos e a ausência de uma autoridade supranacional robusta; 2) a dimensão sociocultural, que discute a legitimidade simbólica da moeda e a identidade coletiva latino-americana; 3) a dimensão econômico-estrutural, em que se complementam os argumentos favoráveis à moeda única à crítica desenvolvimentista de Celso Furtado, especialmente no que se refere à persistência da dependência na região frente aos interesses dos países centrais. A monografia conclui que, sem transformações estruturais e uma integração fundada em pactos sociais e políticos avançados, a moeda única tende a reproduzir assimetrias já existentes, limitando sua função como instrumento de desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: Moeda Única, América Latina, Integração Regional, Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT

The objective of this monograph is to analyze the proposal for the creation of a single currency in Latin America in the light of the structural, institutional and symbolic conditions that shape regional integration. For this, a systematic review of the literature was carried out, consisting of 21 scientific articles selected based on methodological criteria. The analysis was organized into three axes: 1) the legal-institutional dimension, addressing the normative obstacles and the absence of a robust supranational authority; 2) the sociocultural dimension, which discusses the symbolic legitimacy of the currency and the Latin American collective identity; 3) the economic-structural dimension, in which the arguments in favor of the single currency are complemented by Celso Furtado's developmentalist critique, especially with regard to the persistence of dependence in the region on the interests of the central countries. The monograph concludes that, without structural transformations and an integration based on advanced social and political pacts, the single currency tends to reproduce already existing asymmetries, limiting its function as an instrument of economic development.

Keywords: Single Currency, Latin America, Regional Integration, Economic Development.

Sumário

LISTA DE FIGURAS.....	12
LISTA DE TABELAS.....	13
INTRODUÇÃO	14
1. FUNDAMENTOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA AMÉRICA LATINA:	16
1.1 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	16
1.2 TRAJETÓRIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA AMÉRICA LATINA	27
1.3 O DESENVOLVIMENTO E A INTEGRAÇÃO DOS PAÍSES LATINO AMERICANOS.....	30
2. REVISÃO SISTEMATIZADA DA LITERATURA SOBRE MOEDA ÚNICA, INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA AMÉRICA LATINA: 33	
2.1 METODOLOGIA PARA REVISÃO SISTEMATIZADA.....	33
2.2 RESULTADO DA REVISÃO SISTEMATIZADA DOS 21 ARTIGOS INCLUÍDOS	39
2.3 ABORDAGEM SOBRE MOEDA ÚNICA E MOEDA COMUM	46
2.4 ABORDAGEM SOBRE A INTEGRAÇÃO.....	51
2.4.1 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA	51
2.4.2 INTEGRAÇÃO CULTURAL.....	53
2.4.3 INTEGRAÇÃO JURÍDICA E INSTITUCIONAL.....	54
2.5 A RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	56
2.5.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO E COMÉRCIO	56
2.5.2 REDUÇÃO DE DESIGUALDADES REGIONAIS.....	57
2.5.3 SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA E INOVAÇÃO	58
3. MOEDA ÚNICA NA AMÉRICA LATINA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	61
3.1 A DIMENSÃO JURÍDICO-INSTITUCIONAL.....	62
3.2 DIMENSÃO SOCIOCULTURAL.....	63

3.3 A DIMENSÃO ECONÔMICA E O DESENVOLVIMENTO	64
CONCLUSÃO.....	67
REFERÊNCIAS	69

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fluxograma PRISMA do processo de seleção dos artigos incluídos na revisão

Figura 2: Quadro Síntese dos artigos incluídos na revisão

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quadro 1 – Termos chave

Tabela 2: Quadro 2 - Matriz Combinatória

Tabela 3: Quadro 3 – Artigos Considerados

Tabela 4: Quadro 4 – Classificação de textos

INTRODUÇÃO

A proposta de criação de uma moeda única entre os países da América Latina tem, nos últimos anos, figurado constantemente no debate de integração regional.

Exemplos práticos como a União Europeia e a busca por maior estabilidade macroeconômica impulsionam a iniciativa, que reflete tanto as aspirações de fortalecimento político-econômico quanto as contradições históricas intrínsecas à trajetória de desenvolvimento da América Latina. A heterogeneidade estrutural, a fragilidade das instituições nacionais e a ausência de uma identidade regional consolidada se colocam como obstáculos à introdução de uma unidade monetária supranacional.

A relevância desse estudo está presente na necessidade de compreender a união monetária não somente como um mecanismo técnico que impulsiona o comércio ou um instrumento que instaura a disciplina fiscal, mas sim como um projeto coletivo de integração que exige esforços políticos, jurídicos, culturais, institucionais e econômicos aprofundados.

A região está inserida em um contexto de dependência histórica e em o que Furtado (1961) chama de subdesenvolvimento estrutural. Tal cenário é extremamente desafiador para promover o desenvolvimento, tendo em vista que a subordinação é constantemente observada perante os países centrais. A questão é: quais são as condições institucionais, culturais e estruturais necessárias para que a introdução de uma Moeda Única na América Latina possa contribuir para o desenvolvimento, em vez de simplesmente reproduzir as dinâmicas de dependência vigentes?

A partir dessa questão o objetivo geral do trabalho é apresentar, à luz da literatura acadêmica e da Teoria do Desenvolvimento Econômico formulada por Celso Furtado, os principais entraves e oportunidades relacionadas à criação de uma moeda única na América Latina.

Para chegar a esse objetivo, utilizou-se como metodologia uma revisão sistemática da literatura, com a seleção de artigos científicos da academia nacional e internacional que abordam a questão da integração regional, a unificação monetária e o desenvolvimento econômico latino-americano.

A estrutura desta monografia foi organizada em três capítulos. No primeiro, apresenta-se uma discussão teórica acerca das diferentes percepções sobre o conceito de Desenvolvimento Econômico, com destaque para Furtado. No Segundo Capítulo expõe-se a realização da revisão sistemática da Literatura e analisa-se os artigos incluídos na análise, organizada em três grandes eixos: Moeda Única, Integração e desenvolvimento econômico. Neste capítulo, os eixos

centrais são aprofundados e divididos em subtópicos, a fim de serem melhor aproveitados e esclarecidos.

No Terceiro e último Capítulo, aplica-se uma análise crítica do tema em questão, abordando as dimensões Jurídico- Institucional, Sociocultural e Econômico- estrutural da moeda única, apresentando os principais argumentos levantados na revisão sistemática e os problematizando a luz do aporte teórico de Celso Furtado.

1. FUNDAMENTOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA AMÉRICA LATINA:

Há como propósito abordar neste primeiro capítulo os aspectos conceituais a respeito do desenvolvimento econômico, evidenciando sua relação com as dinâmicas que influenciam o progresso e os obstáculos enfrentados pela América Latina, bem como a trajetória do desenvolvimento nos países envolvidos.

O capítulo está dividido em três principais seções, a primeira consiste na apresentação das bases conceituais sobre o desenvolvimento, fornecendo uma base teórica abrangente para prosseguirmos com a análise posteriormente. A segunda seção relata a trajetória do desenvolvimento econômico nos países da América Latina, abalizando as diferentes conjunturas e as mudanças estruturais ocorridas na região. Por fim, a terceira seção consiste em apresentar as contribuições de Celso Furtado e outros autores relevantes no entendimento do desenvolvimento Latino-americano, com enfoque nas iniciativas e obstáculos relacionados à integração econômica destes países e à proposta de uma moeda única.

1.1 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

As teorias que apresentam o desenvolvimento econômico possuem distinções expressivas acerca do motor que gera o avanço da economia nos países. Algumas teorias como a de Rostow, Lewis e Prebisch são as mais conhecidas e difundidas no meio acadêmico. Nesta parte do Capítulo iremos abordá-las de forma sucinta, para que possamos diferencia-las da teoria proposta por Celso Furtado, a qual me filiarei.

Walt Whitman Rostow (1916-2003), por exemplo propõe a chamada Teoria das etapas do crescimento econômico, em que o desenvolvimento é visto como um processo linear composto por cinco grandes etapas, conforme descrito em sua obra *The Stages of economic growth: a non- communist manifesto* (1960). “O crescimento econômico pode ser comparado a uma jornada de cinco etapas pelas quais todas as economias passam, do subdesenvolvimento ao Desenvolvimento,” (ROSTOW, 1960, p. 4-16).

A primeira etapa, das cinco divididas por Whitman é a ideia de sociedade tradicional, em que a estrutura econômica é dominada pela agricultura, com técnicas de produção primitivas e de baixa produtividade. De acordo com o autor, esse cenário intimida a expressividade da produtividade e conseqüentemente o desenvolvimento. “As tradições limitam a produtividade e o crescimento econômico.” (ROSTOW, 1960, p. 4)

A segunda etapa diz respeito às Pré-condições para o arranque, em que nela a sociedade começa a desenvolver mais efetivamente sua capacidade produtiva, inicializando investimentos em infraestrutura local, tecnologia nacional e em educação.” As pré-condições para o arranque envolvem uma série de mudanças fundamentais na estrutura social e econômica.” (ROSTOW, 1960, p. 6)

Após alcançada essa etapa, a terceira parte do processo seria o movimento de arranque, caracterizado por um crescimento rápido e autossustentado, alicerçado na emergência de novas indústrias e em um aumento expressivo no investimento e na produtividade. “O Arranque é o intervalo no qual o crescimento se torna a norma, um processo autossustentado.” (ROSTOW, 1960, P. 7)

A economia, então firmada no processo de marcha crescente atinge a quarta etapa do desenvolvimento, que é o Rumo à Maturidade. Nela, o processo econômico é amplamente diversificado e adotam-se tecnologias avançadas. A sociedade como um todo se transforma e são observadas melhorias significativas em todos os setores. “A maturidade econômica envolve a aplicação de tecnologia moderna aos recursos e processos.” (ROSTOW, 1960, p. 9)

Após a consolidação das novas tecnologias avançadas que foram implementadas, urge a quinta e última etapa do processo de desenvolvimento econômico proposta pelo autor, a chamada Era do Consumo em Massa. Nesta parte final, os níveis de produção e de consumo atingem patamares muito elevados, permitindo um consumo generalizado de bens duráveis e de serviços. (ROSTOW, 1960, p. 10)

A teoria de Walt Whitman R. foi aceita e difundida por diversos políticos e economistas renomados, sobretudo aqueles que apoiavam um modelo não comunista de desenvolvimento especialmente em um contexto de Guerra Fria, como por exemplo Simon Kuznets, que dizia: “As etapas do crescimento de Rostow Fornecem um quadro útil para a análise dos padrões de crescimento econômico ao longo do tempo.” (KUZNETS, 1966, p. 321)

Porém muitos autores criticaram a teoria de Whitman, expondo que o autor não levou em consideração diversos aspectos importantes da dinâmica econômica que envolvem os países. Andre Gunder Frank (1966, p. 17) diz que Rostow “Ignorava as complexas relações de dependência e subdesenvolvimento que perpetuavam a desigualdade global”. Outro crítico desse pensamento é Paul Baran (1957, p. 12) ao dizer que “A abordagem de Rostow subestima a importância das estruturas de poder e das relações de produção no processo de desenvolvimento econômico”. Immanuel Wallerstein (1974, p.4) também enfatiza que o modelo de etapas de crescimento de Rostow simplifica excessivamente o desenvolvimento econômico, desconsiderando as dinâmicas históricas e estruturais do capitalismo Global.

No geral, a teoria das etapas do crescimento econômico de Walt Rostow tenta, de forma ambiciosa propor uma explicação consistente para o desenvolvimento econômico, o que não é atingido, de certa forma por sua simplicidade ao desconsiderar as complexas realidades que envolvem os países subdesenvolvidos e suas respectivas inserções e diferenciações no cenário global.

Outro autor que aborda o desenvolvimento econômico é o economista britânico Arthur Lewis (1915- 1991). Ele propõe o Modelo de Desenvolvimento com Oferta de Mão de Obra Ilimitada, onde argumenta que o desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos está fundado na transferência de mão de obra do setor tradicional para o setor moderno, ou seja, o autor foca sua teoria na transição setorial como chave para o desenvolvimento.

Em uma de suas principais obras *Economic Development with Unlimited Supplies of Labour* publicada em 1954, Arthur apresenta o conceito de Dualidade Econômica, em que as economias subdesenvolvidas são caracterizadas por um dualismo: um setor tradicional agrícola com baixa produtividade e um setor moderno industrial de alta produtividade.

O setor tradicional é caracterizado por técnicas de produção primitivas e mão de obra em excesso, enquanto o setor moderno utiliza técnicas avançadas e oferece salários mais elevados. (LEWIS, 1954, p.141)

No setor tradicional, a tecnologia é defasada e a produtividade é mínima, fazendo com que a maior parte da população esteja inserida neste setor, resultando em uma força de trabalho excedente. Já na área moderna, a introdução de tecnologias avançadas e processos produtivos cada vez mais profícuos ocasionam ganho de produtividade e aumento dos lucros.

Outra ideia acrescentada pelo o autor é a facilidade de transferência de trabalhadores do setor tradicional para o setor moderno sem a necessidade de haver um aumento imediato dos salários. Este conceito sugere que o setor moderno pode continuar a expandir-se, absorvendo a mão de obra excedente, sendo este processo por si só fundamental para a acumulação de capital, pois se a mão de obra é excedente e os salários são baixos, a resultante é o aumento da lucratividade.

A medida em que há transferência de mão de obra para o setor moderno, a produtividade e a lucratividade aumentam e levam à acumulação de capital. Este capital é então reinvestido na economia, proporcionando dessa forma um novo ciclo de sua reprodução. Para o autor, essa acumulação é essencial para o crescimento econômico, pois os lucros são alocados para o fomento de novas tecnologias e infraestruturas, criando um ciclo de crescimento constante e sustentável. (LEWIS, 1954, p.145)

Após o processo de desenvolvimento do setor moderno, o excesso de mão de obra no setor tradicional diminui, o que resulta em aumentos salariais e mudanças na dinâmica do

crescimento. A transição para esse estágio de saturação marca um ponto crucial no desenvolvimento econômico, pois reverbera a escassez de mão de obra disponível, exigindo que sejam aplicados novos procedimentos que visam o aumento da produtividade, como por exemplo a inovação tecnológica e a educação, conforme descrito pelo autor em sua obra *Economic Development with unlimited supplies of Labour*: “Quando o excedente de trabalho no setor tradicional se esgota, os salários começam a subir e economia entra em uma nova fase de desenvolvimento”. (LEWIS, 1954, p.147)

A teoria escrita por Arthur Lewis foi aceita e apoiada por alguns economistas como por exemplo os estadunidenses Simon Kuznets (1996, p.32) e Theodore W. Schultz (1964, p. 109) ao afirmarem que o modelo de Lewis sobre o dualismo e a transferência de mão de obra representam um avanço significativo no entendimento da transformação estrutural das economias em desenvolvimento.

Porém esse modelo também é amplamente criticado por pares da academia, como por exemplo Michael Todaro (1969, p. 59) e Hans Singer (1975, p.73). O primeiro afirma que a teoria de Lewis difunde que há uma absorção ilimitada de mão de obra por parte do setor moderno, o que não é observado na realidade, em especial nas economias com limitações na infraestrutura interna e de capital.

Para Hans Singer (1975, p. 73), Lewis Subestima o papel que as instituições possuem no processo de desenvolvimento, sobretudo as relações de poder existentes e como elas podem afetar e até mesmo obstruir a etapa de acumulação de capital e a transferência de mão de obra. Albert Hirschman (1984, p. 26) também critica o modelo do autor ao dizer que ela “... é excessivamente mecanicista e não leva em consideração as complexidades sociais e políticas que influenciam o desenvolvimento econômico.”

Em suma, a teoria de desenvolvimento baseada na oferta ilimitada de mão de obra de Arthur Lewis tenta trazer à discussão a questão da dualidade econômica e o processo de acumulação de capital alicerçado na transferência setorial de mão de obra. Porém sua aplicabilidade nas diferentes conjunturas econômicas dos diversos países é contestada, especialmente no que tange as complexidades sociais, políticas e principalmente institucionais.

Um terceiro autor que aborda conceitualmente o desenvolvimento econômico é o economista argentino Raúl Prebisch (1901 - 1986) que propõe a Teoria Da Dependência e o conceito de deterioração dos termos de troca, em que os países em desenvolvimento enfrentam desvantagens estruturais no comércio internacional que sustentam a sua condição de subdesenvolvimento.

Em sua principal obra *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas* (1950), Prebisch é reconhecido internacionalmente como um dos principais pensadores da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) que iremos abordar daqui para frente simplesmente como CEPAL.

O primeiro conceito do autor que iremos abordar trata-se da ideia de Deterioração dos termos de troca, uma fundamentação teórica essencial para o entendimento do modelo proposto por Raúl. O economista observou que os termos de troca, ou seja, a relação entre os preços de exportações e importações tendem a se deteriorar no decorrer do tempo em países subdesenvolvidos que possuem sua economia alicerçada no setor primário-exportador. Por outro lado, os países já desenvolvidos, isto é, aqueles que possuem uma dinâmica de exportação de bens manufaturados, se beneficiam desse processo.

Prebisch argumenta que, devido à elasticidade de demanda mais baixa para produtos primários, qualquer aumento na renda nos países desenvolvidos não iria resultar em um aumento proporcional na demanda por exportações dos países em desenvolvimento. Isso, na verdade cria uma pressão descendente nos preços dos produtos primários em comparação com os produtos manufaturados, ocasionando a dinâmica da transferência de renda entre os países.

Os preços dos produtos primários caem em relação aos preços dos produtos manufaturados, o que resulta em uma transferência de renda dos países periféricos para os países centrais. (PREBISCH, 1950, p. 7)

Essa tendência à deterioração dos termos de troca significa que países primário-exportadores (subdesenvolvidos e periféricos) necessitam promover um volume crescente de exportação desses produtos para se igualarem, em termos de quantidade na importação de produtos manufaturados. (PREBISCH, 1950, p. 10)

Outro conceito importante proposto pelo autor é a divisão global entre Centro e Periferia. Para Raúl, os países Centrais (desenvolvidos) controlam a produção e exportação de bens que possuem maior valor agregado como os produtos manufaturados, enquanto os países periféricos (subdesenvolvidos) dependem da exportação de matéria prima e da importação de tecnologias desenvolvida pelo centro, Ou seja, o desenvolvimento das periferias está atrelado ao desenvolvimento dos centros, e essa relação de dependência entre um e outro é essencialmente assimétrica. (PREBISCH, 1950, p. 12)

O economista afirma que a relação centro- periferia promulga o subdesenvolvimento dos países periféricos, pois todos os eventuais ganhos econômicos provenientes das relações de comércio estão concentrados no centro. Nesse processo a periferia permanece atrelada a um ciclo sem fim de exportações de produtos com baixo valor agregado e importações de produtos de alto valor agregado, o que acaba exacerbando suas desvantagens econômicas.

O sistema econômico mundial está estruturado de forma a favorecer o desenvolvimento dos países centrais, enquanto mantém os países periféricos em uma posição de dependência econômica e tecnológica. (PREBISCH, 1959, p. 22)

Como proposta para combater os efeitos da deterioração dos termos de troca, Prebisch apresenta a industrialização por intermédio do processo de Substituição de Importações, que incentivaria os países em desenvolvimento a fomentarem a criação de uma indústria interna forte com o objetivo de produzir os bens que anteriormente eram importados.

A industrialização por S.I. visa fortalecer os setores industriais nacionais, buscando sempre reduzir a dependência dos países periféricos de importações e criar empregos internamente. De acordo com o autor, a industrialização é a única forma de quebrar o ciclo vicioso que rege o subdesenvolvimento e alcançar um crescimento consistente, sustentável e firme.

Para que o processo de industrialização por substituição de importações fosse implementado, Prebisch assume que seriam necessários esforços políticos e mudanças estruturais significativas. Urge a necessidade de haver intervenções governamentais expressivas e intensas, como por exemplo a aplicação de tarifas protetivas, fortes subsídios e investimentos estatais em infraestrutura.

A política de substituição de importações exige uma mudança significativa nas políticas econômicas, incluindo proteção tarifária, apoio estatal ao setor industrial nascente e investimentos em infraestrutura e educação. (PREBISCH, 1959, p. 26)

Diversos autores e economistas renomados tecem elogios para a teoria formulada por Raúl Prebisch. Alguns deles como o próprio Celso Furtado afirmam que a abordagem estrutural feita pelo autor fornece uma explicação abrangente para o persistente subdesenvolvimento da América Latina, considerada como uma junção de países periféricos. (FURTADO, 1964, p. 56) O economista alemão Hans Singer também compactua com os conceitos propostos por Prebisch a cerca da deterioração dos termos de troca, chegando até em conclusões semelhantes as do autor. (SINGER, 1950, p. 273)

Porém as teorias de Prebisch também foram criticadas por economistas tais como Anne Krueger, que advertiu a carência de apoio empírico à noção de deterioração dos termos de troca. A autora também apontava que o pensamento ignorava os benefícios dinâmicos do comércio e as vantagens comparativas dos países. (BAUER, 1972, p. 214)

Em suma, a teoria proposta por Raúl trouxe uma perspectiva diferente de como estava sendo apresentada a análise das economias subdesenvolvidas, enfatizando sempre as desvantagens estruturais presentes no comércio internacional e propondo a industrialização por

intermédio da substituição de importações como solução para a questão. Dentre os autores apresentados, Prebisch é o que mais se aproxima com as ideias difundidas por Celso Furtado que veremos a seguir. Ambos os escritores possuem produções voltadas para o entendimento da dinâmica que envolve o desenvolvimento econômico da América Latina.

Chegamos ao ponto central deste tópico, em que iremos falar sobre os conceitos do desenvolvimento econômico à luz do prestigiado e influente economista brasileiro Celso Furtado (1920 – 2004). Suas contribuições para o entendimento do desenvolvimento, sobretudo no contexto da América Latina estão expostas em suas obras *Formação Econômica da América Latina* (1970) e *Formação Econômica do Brasil* (1959), e nelas encontramos uma análise abrangente sobre os aspectos históricos, estruturais e institucionais dos países Latino-americanos.

Para compreendermos a teoria de Furtado precisamos abordar o conceito de Subdesenvolvimento e Desenvolvimento dependente amplamente difundido pelo autor. O economista conceitua o subdesenvolvimento como uma condição estrutural enraizada, e não simplesmente sendo uma fase inicial do desenvolvimento econômico, conforme foi proposto por Lewis e Prebisch, mas sim como o subdesenvolvimento sendo o resultado direto de um processo histórico de inserção desigual dos países periféricos na economia mundial.

O subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento, mas sim a consequência de um processo histórico no qual os países periféricos foram integrados de forma subordinada à economia mundial.
(FURTADO, 1961, p. 26)

Segundo Furtado (1964, p. 33), o subdesenvolvimento é perpetuado pela especialização em exportação de produtos primários e pela importação de produtos manufaturados. A presença dessa dinâmica impede, de certa forma a diversificação econômica e a industrialização das economias periféricas, expondo-as à vulnerabilidade de crises externas. Esse processo permitiu que o desenvolvimento dos países centrais (desenvolvidos) ocorreu à custa do subdesenvolvimento das periferias (subdesenvolvidos).

Partindo para o conceito de desenvolvimento dependente, Furtado (1961, p. 29) desenvolveu a ideia de que o desenvolvimento dos países centrais ocorre por intermédio do subdesenvolvimento presente nos países periféricos. O autor descreve a dependência atrelada ao desenvolvimento como uma situação em que o crescimento econômico e as transformações estruturais nos países periféricos são determinadas por suas relações de dependência com os países centrais.

A dependência no desenvolvimento, de acordo com Furtado (1961, p. 29) implica que as economias periféricas não possuem controle sobre os principais fatores que moldam e

determinam o seu crescimento econômico. As decisões que norteiam o rumo da economia mundial geralmente são tomadas nos centros das economias desenvolvidas e, portanto, com a presença de interesses difusos entre os países, estes detentores do poder acabam propiciando a distribuição desigual dos benefícios do desenvolvimento econômico, favorecendo sempre as economias dos países centrais.

Ainda de acordo com Furtado (1969, p.37) “O desenvolvimento dependente se manifesta na forma de investimentos estrangeiros que visam, sobretudo, extrair lucros, em vez de promover um desenvolvimento autônomo e sustentável na periferia.” Ou seja, para o autor, investimento estrangeiro não promove desenvolvimento econômico interno para os países periféricos, pois os benefícios gerados nesse processo acabam retornando para as mãos dos países já desenvolvidos.

A respeito da Estrutura Econômica Internacional, Celso Furtado (1969, p. 42) argumenta que o sistema vigente favorece os países desenvolvidos, pois estes controlam os processos de produção que possuem um alto valor agregado, enquanto os países subdesenvolvidos ficam restritos à produção de produtos primário-exportadores e bens de baixo valor agregado, e para ele nenhum país se desenvolve tendo como sua principal atividade econômica a produção e exportação de matérias- primas.

De acordo com Furtado (1972, p.49) a estrutura de divisão internacional do trabalho reforça a dependência econômica dos países periféricos. Este cenário é amplamente observado quando esses países buscam industrializar-se, pois enfrentam barreiras significativas como a falta de capital para financiamento interno, tecnologia atrasada e até mesmo barreiras comerciais, além sobretudo da concorrência desleal dos países centrais.

Mesmo quando a periferia busca industrializar-se, enfrenta obstáculos significativos devido à falta de acesso à tecnologia avançada, capital e mercados, perpetuando assim sua posição subordinada na economia mundial. (FURTADO, 1972, p.49)

Para superar o subdesenvolvimento e romper com o ciclo de desenvolvimento dependente, Furtado (1964, p. 38) propõe estratégias como a industrialização por substituições de importações (ISI), reformas estruturais e um planejamento econômico ativo com a presença notória da intervenção do estado.

O Processo de ISI promove a produção interna de bens que anteriormente eram importados dos países centrais, incentivando dessa forma a industrialização e reduzindo de forma abrupta a dependência externa. Furtado (1972, p. 51) afirma que para aplicar essa estratégia, é necessária a introdução de algumas reformas estruturais, tais quais a promoção da reforma agrária, proteção tarifária e o fomento de investimentos em infraestrutura e educação,

para que esse processo seja efetivo e consistente. Para ser implementada, é requerido a implementação de tarifas protecionistas, subsídios governamentais e incentivos fiscais para as indústrias nascentes, reafirmando a ideia de uma participação ativa do estado. (FURTADO, 1972, p. 51)

Outro ponto importante da teoria de Furtado é o conceito de Estruturalismo econômico. Este trata-se de uma abordagem do campo teórico que realça a relevância das estruturas econômicas e sociais na análise do desenvolvimento. Furtado é, dentre seus pares, um dos principais representantes desta escola de pensamento que surge na América Latina como uma alternativa às limitações das teorias neoclássicas e de livre mercado, conforme descrito pelo autor em:

O subdesenvolvimento é um fenômeno estrutural que não pode ser superado sem mudanças profundas nas estruturas produtivas e sociais. (FURTADO, 1969, p.45)

No que diz respeito ao estruturalismo econômico, propagam-se argumentos de que os problemas de desenvolvimento presentes nas economias dos países periféricos não estão somente ligados a questões de defasagem em tecnologia ou pela dependência externa de capital, mas devem ser acrescentadas a esse fenômeno as estruturas econômicas desiguais e dependentes que estão enraizadas. Inclui-se a isso a dependência de exportações de produtos de primeira necessidade, concentração brutal de renda e principalmente a supressão da diversificação industrial.

Em sua análise das estruturas produtivas, Celso destaca que as economias periféricas estão estruturadas de maneira a perpetuar o subdesenvolvimento e as relações de dependência. A necessidade dos países subdesenvolvidos em exportar matérias primas e importar bens manufaturados resulta em termos de troca que são amplamente desfavoráveis e atermam o crescimento econômico sustentável, conforme dito por Furtado (1964, p.33) em “ A economia periférica se caracteriza pela exportação de bens primários e pela importação de produtos industrializados, o que perpetua a dependência e vulnerabilidade externa.”

Essas estruturas produtivas vigentes geram uma relação de dependência econômica, em que as economias periféricas permanecem totalmente passíveis às flutuações dos preços das commodities no mercado internacional. Essa dependência limita consideravelmente a capacidade de desenvolver setores industriais de média e alta tecnologia que seriam necessárias para gerar maior valor agregado. (FURTADO, 1969, p.42)

Para que esse sistema seja rompido e o subdesenvolvimento seja superado, Celso Furtado (1964, p.38) diz que são necessárias as realizações de reformas estruturais profundas que modifiquem as bases produtivas e sociais das economias ditas periféricas. Nesse

conglomerado de transformações, incluem-se políticas de industrialização e proteção da indústria nascente, reforma agrária e investimento maciço em infraestrutura e educação.

A industrialização por substituições de importações (ISI) é uma estratégia crucial na abordagem estruturalista proposta por Celso Furtado. Este processo almeja substituir bens importados por produtos produzidos na indústria nacional, o que reduz a dependência externa e fomenta a industrialização no país. O autor destaca que essa política deve ser complementada por investimentos em infraestrutura, reformas institucionais e sobretudo investimento em capital humano para que o planejamento alcance o sucesso.

A política de substituição de importações exige uma mudança significativa nas políticas econômicas, incluindo proteção tarifária, apoio estatal ao setor industrial nascente e investimentos em infraestrutura e educação. (FURTADO, 1972, p.51)

Para modificar o estruturalismo econômico, é necessário que o Estado assuma um papel ativo na economia para que seja promovido o desenvolvimento em países periféricos. Para isso, o planejamento econômico e a intervenção estatal tornam-se indispensáveis para a realização do processo. (FURTADO, 1974, p.62).

De acordo com Celso Furtado (1974, p.62), o planejamento econômico é uma ferramenta crucial para promover o desenvolvimento nos países periféricos, sobretudo nos países Latino Americanos. Para o autor, os mecanismos de mercado, por si só não possuem força motriz para superar os problemas estruturais intrínsecos que perpetuam o subdesenvolvimento, e por isso é indispensável a intervenção coordenada do estado para direcionar o desenvolvimento econômico.

O planejamento econômico de um país envolve a definição de metas estratégicas de longo prazo, com objetivo maior de reorganizar a estrutura produtiva e social de tal maneira que resulte em desenvolvimento consistente e abrangente. (FURTADO, 1974) A estruturação deve levar em conta a identificação dos setores estratégicos para a realização de investimentos, a promoção da industrialização e implementação de políticas que visam a distribuição de renda.

Para fomentar o desenvolvimento, o planejamento econômico deve cumprir pressupostos importantes para a sua aplicabilidade, como a coordenação dos investimentos públicos e privados. Outra função preponderante é a mitigação de desigualdades regionais e sociais. Furtado (1961) destaca que, sem um planejamento econômico adequado, as economias periféricas estarão perpetuando as vulnerabilidades às flutuações do mercado internacional e limitadas a um ciclo de subdesenvolvimento. (FURTADO, 1961, p.35)

Buscando sua maior aderência e aproveitamento, ao se articular o planejamento econômico deve-se torná-lo abrangente e inclusivo entre os diferentes setores da economia,

promovendo a industrialização, infraestrutura, investimento em capital humano e políticas sociais amplas. (FURTADO, 1969, p.48)

Contudo, as teorias de intervenção estatal e planejamento econômico de Celso Furtado receberam algumas críticas de diversos autores. Nos atentaremos às feitas por Peter Bauer (1915 - 2002). Este argumenta que a ênfase dada por Furtado à intervenção estatal ignora as ineficiências e a corrupção frequente associadas ao planejamento governamental. Bauer sugere que a intervenção estatal pode levar à alocação ineficiente de recursos e perpetuar problemas econômicos existentes. (BAUER, 1981, p.41)

Contudo, outros autores como Maria da Conceição Tavares (1930 -2024) e Luiz Carlos Bresser- Pereira reafirmam a teoria de Celso Furtado. A primeira destaca a relevância do enfoque estruturalista do autor para entender as especificidades do desenvolvimento econômico da América Latina e a importância da intervenção estatal no processo.

Celso Furtado fornece uma estrutura fundamental para entender os impedimentos estruturais ao desenvolvimento econômico na América Latina. Sua ênfase na intervenção estatal e nas reformas estruturais é crucial para abordar os problemas profundos do subdesenvolvimento. (TAVARES, 2000, p.45)

Bresser – Pereira também tece seu apoio às ideias de Furtado, especialmente no que diz respeito à importância do planejamento econômico.

Os Insights de Furtado sobre o papel do Estado e o planejamento econômico são inestimáveis para qualquer estratégia abrangente que vise superar as barreiras estruturais ao desenvolvimento enfrentadas pelas economias periféricas. (BRESSER-PEREIRA, 2001, p.30)

Para concluir essa primeira parte do capítulo, façamos uma breve diferenciações das teorias de Lewis (1954), Rostow (1960), Prebisch (1950) e Celso Furtado (1961). Enquanto os dois últimos autores se concentram nas estruturas econômicas globais e na necessidade de intervenção estatal para promover a industrialização e conseqüentemente o desenvolvimento, Arthur Lewis destaca de forma contundente a importância da transformação interna das economias, especialmente na transição de uma economia primária exportadora para um complexo industrial avançado. Rostow, por outro lado nos fornece uma visão linear do desenvolvimento econômico, sugerindo que todos os países podem seguir a mesma trajetória de crescimento.

Essas teorias, quando associadas e consideradas em conjunto, nos fornecem um panorama amplificado dos desafios e as estratégias do desenvolvimento econômico. Ambas destacam a importância de realizar intervenções e reformas estruturais que visam o crescimento

das economias dos países periféricos. Nos capítulos posteriores serão abordadas a implementação dessas políticas, como caminho para o desenvolvimento.

1.2 TRAJETÓRIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA AMÉRICA LATINA

Nas últimas Décadas, a América Latina tem sido um campo fértil para debates e análises sobre desenvolvimento econômico. A região, singularizada por sua diversidade cultural, econômica e social, enfrentou múltiplos desafios e transformações que moldaram seu percurso de desenvolvimento. Desde os tempos coloniais até à contemporaneidade, as nações Latino-Americanas têm buscado modelos de desenvolvimento que equilibrem crescimento econômico, equidade social e sustentabilidade ambiental (QUILICONI & ESPINOZA, 2017)

Para analisarmos essas posições, abordaremos os cinco pontos principais propostos por Celso Furtado (1970), no que diz respeito à análise do desenvolvimento econômico da América Latina. O autor expõe uma perspectiva especificada sobre as etapas e os desafios enfrentados por todos os países da região Latino- Americana no decorrer da história.

O primeiro ponto que será abordado é o Período e Herança colonial. A economia da América latina colonial, segundo Furtado (1961), estava alicerçada na exploração de recursos naturais e na exportação de bens primários para a Europa, configurando-se como economias extrativistas baseadas na exportação de recursos naturais como metais preciosos e produtos agrícolas para as metrópoles. As colônias foram dispostas para atender às necessidades das grandes cidades europeias e apresentavam uma estrutura social rigorosamente hierarquizada, com uma elite no topo e uma população desalentada de indígenas e escravos Africanos na camada mais inferior da sociedade desempenhando papéis subalternos.

Essas estruturas econômicas e sociais criaram um cenário de dependência da América Latina em relação aos mercados e as grades metrópoles da Europa. Essa dependência perpetuou uma economia voltada para fora, o que dificultou o desenvolvimento econômico autônomo da região e a criação de um mercado interno consistente e diversificado. Tal cenário deixou um legado de desigualdades sociais e econômicas que prolongam e perpetuam o subdesenvolvimento da região, descrito por Furtado em:

A economia colonial da América Latina foi configurada para atender às necessidades das metrópoles europeias, criando uma dependência estrutural que perpetuou o subdesenvolvimento (FURTADO, 1961, p.45)

O segundo ponto abordado pelo autor diz respeito à pós- independência e a primeira onda de industrialização. De acordo com Furtado (1965, p.78), durante o início do século XIX foram instauradas diversas mudanças políticas significativas nos países Latino Americanos,

porém estas não resultaram em transformações econômicas profundas necessárias ao desenvolvimento, pois as estruturas coloniais permaneceram fortemente intactas. As economias continuaram totalmente dependentes da exportação primária e isso perpetuou a vulnerabilidade econômica presente na região. A dependência contínua e insistente das exportações expusera as economias as variações existentes no mercado internacional, sobretudo aos choques externos provenientes das quedas dos preços das *commodities*. Este cenário era exacerbado pela falta de diversificação econômica presente nos países periféricos. (FURTADO, 1961)

Foram realizadas diversas tentativas de industrialização, que embora limitadas pela falta de infraestrutura e a escassez de capital e tecnologia, especialmente em países como a Argentina, Brasil e México, tentaram desenvolver uma base industrial que era incipiente. O Brasil com sua economia altamente dependente da exportação de café, tentou fomentar, no início do século XX a produção de bens de consumo para incentivar a industrialização. A Argentina, até então um dos principais exportadores de carne e grãos, tentou implementar uma indústria têxtil nascente também no início do século XX, aproveitando a estrutura de ferrovias e portos deixada pelas exportações primárias (FURTADO, 1965, p.80). O México com sua exploração de minérios, galgou seus primeiros passos em direção à industrialização no final do século XIX, com a produção têxtil e de cimento (FURTADO, 1965, p.82).

O terceiro ponto abordado pelo autor diz respeito ao processo de substituições de importações (ISI). A partir da década de 1930, muitos países Latino Americanos passam a adotar a estratégia de ISI. Esta visava reduzir a dependência das importações de bens manufaturados e incentivar a produção nacional dos mesmos, conforme descrito no tópico 1.1 deste capítulo.

Visando o desenvolvimento de indústrias nacionais, muitos governos incentivaram, através do ISI, a implementação de sistemas produtivos internos por meio de políticas como proteção tarifária, subsídios estatais e investimentos em infraestrutura, além da escolha dos campeões nacionais, processo importante para o desenvolvimento. (AMDEN, 2002) Esse processo trouxe um desenvolvimento significativo para muitos países da região e revelou diversos problemas estruturais presentes nas economias, como ineficiência nas indústrias protegidas, falta e competitividade internacional e desequilíbrios fiscais.

A respeito dos problemas estruturais da ISI, a proteção das indústrias por meio de tarifas elevadas e subsídios estatais, por vezes, tornava-se ineficiente e pouco competitivo internacionalmente. Isso se dava pela baixa qualidade e o alto custo de produção, o que limitava a capacidade industrial de exportar e assumir protagonismo no cenário internacional, conforme

descrito por Furtado (1973, p.110) : “A proteção tarifária prolongada resultou em ineficiências que prejudicaram a competitividade das indústrias latino-americanas no mercado internacional”.

Sobre os desequilíbrios fiscais, os subsídios e investimentos estatais utilizados para apoiar a ISI, muitas vezes resultava em altos déficits e crescimento da dívida pública, e portanto, a sustentabilidade dessas políticas era inviável, sobretudo em conjunturas de crises econômicas. (FURTADO, 1973, p. 114)

O quarto tópico abordado pelo autor diz respeito às Crises econômicas e ajustes estruturais. Durante a década de 1980, a América Latina passa a enfrentar uma grave crise da dívida externa. Esta possui relação causal direta com o acúmulo insustentável das dívidas, choques externos originários da dependência de exportações e de políticas econômicas internas inadequadas. Para superar a crise, muitos desses países aplicaram programas de ajuste estrutural que faziam parte da cartilha de recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Tais medidas visavam a liberalização econômica, privatização de empresas estatais e adoção de medidas de austeridade fiscal. (STIGLITZ, 2002).

De acordo com FURTADO (1987, p.50), os programas de ajuste, frequentemente levavam a aumentos significativos na desigualdade e pobreza, à medida em que, para realizar a austeridade fiscal, muitos governos reduziam gastos sociais e serviços públicos. A liberalização econômica acabou expondo as indústrias nacionais nascentes à concorrência internacional, o que resultou na quebra de diversos setores por conta da falta de competitividade dos produtos internos, o que promoveu na verdade o processo de desindustrialização. (FURTADO, 1987, p. 20-30)

Diante desse aumento frequente da desigualdade, pobreza e desindustrialização, Celso Furtado (1987) evidencia a necessidade de os países implementarem políticas econômicas que levassem em consideração as especificidades e as necessidades sociais dos países Latino-Americanos para promover um desenvolvimento econômico sustentável a longo prazo.

Partindo para o quinto ponto proposto pelo autor, Celso Furtado (1998) descreve a ascensão do Neoliberalismo e da Globalização na América Latina. Essa nova participação se deu a partir da década de 1990 com a adoção de políticas neoliberais em muitos países subdesenvolvidos, em que tais governos buscavam, sobretudo uma maior integração com a economia global, visando atrair investimento estrangeiro.

Criticando esta junção, Furtado (1998) denuncia os problemas que envolviam a dependência de Capital Estrangeiro e as Crises financeiras, bem como as desigualdades persistentes oriundas do processo de neoliberalização e globalização da economia. A abertura

econômica dos países Latino Americanos atraiu capital estrangeiro para investimento, porém também exacerbou a vulnerabilidade a fluxos de capitais voláteis. (FURTADO, 1998, p.148)

Muitos países também vivenciaram as crises financeiras devido à fuga de capitais e à volatilidade dos mercados globais. As políticas neoliberais aplicada na A.L. por muitas vezes resultaram na concentração de riqueza e, em poucos casos em que foi apresentado um crescimento econômico robusto, os benefícios dessa expansão não foram igualmente distribuídos entre a população, seguindo-se da desigualdade crescente. (FURTADO, 1988, p. 150-154)

Com isso, Celso Furtado oferece uma análise consistente e abrangente da trajetória do desenvolvimento econômico da América Latina, destacando as complexas e estreitas interações entre fatores históricos, estruturais e políticos. Como vimos, o autor enfatiza a intervenção do Estado na economia, principalmente no que diz respeito à utilização das políticas de planejamento econômico para promover a superação do subdesenvolvimento e a resolução dos desafios constantes da região.

1.3 O DESENVOLVIMENTO E A INTEGRAÇÃO DOS PAÍSES LATINO AMERICANOS

No que diz respeito às teorias do desenvolvimento e a integração dos Países Latino Americanos, Celso Furtado também possui relevância internacional no tema. Através de sua análise profunda, o autor acreditava que a integração regional poderia ser uma ferramenta crucial para promover o desenvolvimento econômico equilibrado e reduzir a dependência externa dos países subdesenvolvidos. Sobre o tema, o autor aborda quatro principais propostas para o desenvolvimento da América Latina, os quais serão abordados nesse tópico. Ao final, relacionaremos a integração econômica com a introdução de uma moeda única, a fim de incorporá-la ao tema.

A primeira proposta de Celso Furtado (1974, p.95) trata-se do conceito de Desenvolvimento Endógeno. Nesta parte o economista enfatiza a importância de aproveitar os recursos internos do país e desenvolver suas próprias capacidades para promover um crescimento independente. Furtado argumenta que o desenvolvimento econômico não pode ser alcançado através da importação de tecnologia estrangeira, mas sim através do fortalecimento das estruturas econômicas internas e das próprias capacidades tecnológicas. (FURTADO, 1974, p.100)

A industrialização e a diversificação econômica são indispensáveis para que o desenvolvimento endógeno ocorra. Ao implementar essas políticas os países Latino

Americanos reduzem sua vulnerabilidade às flutuações dos preços do mercado de *commodities*. Ele utiliza a estratégia de diversificação econômica para mitigar os riscos atrelados aos choques externos. (FURTADO, 1983, p. 60)

Com esses processos, cria-se a Autonomia Econômica necessária para reduzir a dependência de investimentos e de tecnologias estrangeiras, possibilitando a promoção de políticas adaptadas às realidades das economias. Caso esse cenário não seja alcançado, as políticas econômicas poderiam levar à desequilíbrios e ineficiências. (FURTADO, 1980, p.77)

Isto posto, entremos na segunda proposta do autor, que visa a redução da dependência externa. Furtado (1974) argumenta que a excessiva subordinação ao capital internacional, às tecnologias e às exportações limitava a autonomia econômica dos países e assim, perpetuava o subdesenvolvimento. De acordo com o autor, as condições existentes para a captação de investimentos estrangeiros atendiam, frequentemente, aos interesses dos países desenvolvidos e sabotavam os benefícios às economias periféricas. (FURTADO, 1983, p.61)

Uma das políticas defendidas por Furtado (1983) para reduzir a dependência externa foi o processo de ISI e desenvolvimento autônomo, os quais abordamos anteriormente. Para ele, estes processos deveriam ser acompanhados por políticas de apoio ao desenvolvimento tecnológico e à educação, buscando garantir a competitividade das indústrias locais. (FURTADO, 1983, p. 60)

A terceira proposta de Celso Furtado para o desenvolvimento é a industrialização e diversificação econômica. O autor argumentava que esses processos eram de suma importância para romper com o ciclo do subdesenvolvimento e dependência de exportação de produtos primários. Celso acreditava que devia-se ter uma base industrial sólida e diversificada para propiciar maior estabilidade econômica e adquirir resistência aos choques externos. (FURTADO, 1964, p.203), e como solução propunha novamente a realização do processo de ISI.

A quarta e última proposta do autor diz respeito à Integração regional. Visto como um processo crucial para o desenvolvimento econômico da América Latina, a integração das economias através de cooperação entre os países poderia ajudar a superar as diversas limitações estruturais individuais, fortalecendo a posição da região no cenário internacional. Essa integração facilitaria a criação de mercados maiores, promoveria a industrialização e aumentaria a capacidade de posicionamento internacional. Tal cenário é alcançado com a criação de um mercado comum, sendo este um dos pilares da proposta. Furtado acreditava que, ao unirem suas economias, a A.L. poderia criar um mercado interno dinâmico que fomentasse

o consumo e produção locais, possibilitando a criação de economias de escala. (FURTADO, 1982, p.143)

Um dos principais pontos levantados pelo autor é a cooperação econômica e tecnológica entre os países da região. Tal cenário fortaleceria as capacidades internas dos países em produzir sua própria expertise industrial, o que promoveria, em um todo, o desenvolvimento conjunto. (FURTADO, 1976, p.67)

A integração regional também propicia o desenvolvimento de infraestruturas compartilhadas, como meios de transporte interligados e sistemas encadeados de energia. A construção de infraestrutura conjunta poderia reduzir os custos de produção e transporte, facilitando o comércio e integração econômica, possibilitando a conexão de mercados. (FURTADO, 1980, p.88)

Outro componente vital da agregação dos países da América Latina é a integração Financeira. A criação de instituições financeiras regionais, como bancos de desenvolvimento poderia ajudar a mobilizar e compartilhar recursos para projetos de desenvolvimento entre os países membros, reduzindo dessa forma a dependência da utilização de capital estrangeiro para investimento. (FURTADO, 1982, p.160)

Furtado (1980) também cita a adoção de uma moeda única para promover estabilidade econômica e reduzir a volatilidade cambial existente, facilitando o comércio e os investimentos na região, bem como eliminar a especulação interna ao aumentar a previsibilidade econômica. A adoção de uma moeda comum também representaria um passo crucial para a integração profunda da A. L., em que as economias nacionais estariam fortemente interligadas, o que promoveria uma maior coesão econômica e social. (FURTADO, 1983, p.85)

Para concluirmos, as contribuições de Celso Furtado são imprescindíveis para entendermos como se dá o desenvolvimento econômico na América Latina.

2. REVISÃO SISTEMATIZADA DA LITERATURA SOBRE MOEDA ÚNICA, INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA AMÉRICA LATINA:

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma revisão sistemática da literatura sobre o tema da integração regional e monetária. Sua estrutura está dividida em duas partes principais: na primeira, detalha-se a metodologia adotada para a realização da revisão sistemática; na segunda, são apresentados os resultados dos artigos analisados, organizados em três perspectivas: a) os aspectos econômicos e institucionais da integração regional; b) a dinâmica do capitalismo contemporâneo no contexto da integração; e c) a relação entre a integração regional e monetária e as transformações no capitalismo contemporâneo..

2.1 METODOLOGIA PARA REVISÃO SISTEMATIZADA

Com o propósito de explorar de forma abrangente a relação entre a implementação de uma moeda única e seu potencial impacto na América Latina, esta pesquisa foi desenvolvida com base em uma revisão sistemática da literatura. A investigação teve início com a definição de palavras-chave diretamente relacionadas ao tema, as quais serviram como ponto de partida para identificar e selecionar artigos científicos relevantes, tanto no âmbito nacional quanto internacional. O objetivo dessa etapa inicial foi compreender o panorama atual da produção acadêmica sobre o assunto, avaliando a quantidade, qualidade e relevância das publicações existentes.

Além disso, buscou-se identificar as bases teóricas que sustentam os estudos previamente realizados, com o intuito de construir uma estrutura sólida que servisse de alicerce para o desenvolvimento da presente monografia. Essa abordagem metodológica não apenas possibilitou um mapeamento detalhado do conhecimento acumulado sobre o tema, mas também orientou a pesquisa para encontrar respostas fundamentadas a partir da seguinte questão central: **O que a literatura nacional tem discutido a respeito da relação entre a introdução de uma moeda única e o desenvolvimento econômico na América Latina?**

A plataforma selecionada para conduzir esta pesquisa, considerando as reflexões metodológicas e a questão central do estudo, foi a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Trata-se de uma biblioteca digital de livre acesso, estruturada em um modelo cooperativo para a publicação de periódicos científicos, amplamente reconhecida por sua relevância na disseminação de conhecimento acadêmico.

Inicialmente, as buscas foram realizadas com base em palavras-chave relacionadas ao tema investigado, com o objetivo de identificar publicações pertinentes para a construção do referencial teórico e para a realização da revisão bibliográfica. Essa etapa teve como foco avaliar a aderência dos resultados ao escopo do estudo e sua potencial contribuição para responder à pergunta-base.

Nesse contexto, as buscas realizadas com as palavras-chave isoladamente, conforme definido na tabela de pesquisa, apresentaram os seguintes resultados:

Quadro 1 - Termos- Chave	
Palavras-Chave	Resultados
Moeda Única	11
Integração Latino-americana	45
Integração	7.560
América Latina	9.698
Integração Econômica	94
Desenvolvimento Econômico	1.090

A aplicação de termos combinados constitui uma estratégia metodológica essencial para refinar os resultados da pesquisa, possibilitando a identificação de publicações mais relevantes e alinhadas ao objetivo do estudo. A combinação dos termos foi sistematizada em uma matriz única, na qual se registraram os resultados obtidos de forma consolidada. O enfoque principal recaiu sobre a utilização de dois termos combinados, como, por exemplo, "moeda única" AND "integração econômica", visando aumentar a precisão na recuperação de documentos pertinentes. A sistemática adotada para essa etapa é detalhada no Quadro 2:

Quadro 2 - Matriz Combinatória			
Palavra-Chave	And	Palavra-Chave	Resultados
Moeda Única	AND	Integração Latino-americana	0
Moeda Única	AND	Integração	6
Moeda Única	AND	América Latina	0
Moeda Única	AND	Integração Econômica	1
Moeda Única	AND	Desenvolvimento Econômico	0
Integração Latino-americana	AND	Integração	45
Integração Latino-americana	AND	América Latina	11
Integração Latino-americana	AND	Integração Econômica	2
Integração Latino-americana	AND	Desenvolvimento Econômico	1
Integração	AND	América Latina	145
Integração	AND	Integração Econômica	95
Integração	AND	Desenvolvimento Econômico	45
América Latina	AND	Integração Econômica	11
América Latina	AND	Desenvolvimento Econômico	69
Integração Econômica	AND	Desenvolvimento Econômico	2

Com base nos resultados obtidos, foram selecionadas as combinações de busca que melhor equilibram a relação entre a quantidade de resultados e a relevância das palavras-chave. Assim, priorizou-se a utilização de palavras-chave compostas por dois termos, conectados pelo operador booleano AND, com o objetivo de garantir maior precisão na recuperação das publicações mais alinhadas ao objetivo do estudo. Porém, pela especificidade do tema, também foram selecionados como termos únicos as palavras-chave “Moeda única” e “Integração Latino- Americana”, e foi descartado a Conexão “Integração” AND “Integração Latino-Americana”.

Dessa forma, apresenta-se, a seguir, as combinações de palavras-chave cujos resultados atendem às expectativas estabelecidas, resultando nas seguintes buscas:

Quadro 3 - Artigos Considerados			
Palavra-Chave	And	Palavra-Chave	Resultados
Moeda Única	AND	x	11
Moeda Única	AND	Integração	6
Moeda Única	AND	Integração Econômica	1
Integração	AND	x	45
Integração Latino-americana	AND	América Latina	11
Integração Latino-americana	AND	Integração Econômica	2
Integração Latino-americana	AND	Desenvolvimento Econômico	1
Integração	AND	América Latina	145
Integração	AND	Integração Econômica	95
Integração	AND	Desenvolvimento Econômico	45
América Latina	AND	Integração Econômica	11
América Latina	AND	Desenvolvimento Econômico	69
Integração Econômica	AND	Desenvolvimento Econômico	2
TOTAL			444

Após compreender a usabilidade da plataforma, constatou-se a viabilidade de conduzir a primeira etapa da pesquisa com maior segurança, verificando que os resultados obtidos atenderam de forma satisfatória aos objetivos propostos. Em continuidade, as etapas subsequentes foram delineadas com a aplicação de seis critérios de exclusão, com o intuito de filtrar os artigos mais alinhados ao tema investigado e à questão central do estudo. Os critérios estabelecidos foram os seguintes: duplicidade, tipo de publicação, título, resumo, disponibilidade do texto completo e leitura integral do artigo.

No total, foram identificados 444 resultados, os quais foram sistematizados e organizados em uma planilha no Microsoft Excel. Para essa sistematização, foram utilizados os critérios de título, tipo de publicação e link do artigo disponibilizado na plataforma SciELO.

O primeiro filtro chamado de “Identificação” consistiu na remoção de artigos duplicados, empregando a ferramenta de localização do Excel para identificá-los e destacá-los, a fim de serem excluídos, garantindo que não fossem considerados nas etapas subsequentes. Após a aplicação desse filtro, 72 títulos duplicados foram eliminados, resultando em um total de 372 publicações válidas para as próximas etapas da revisão.

A segunda etapa do processo, de filtragem das publicações chamada de “Rastreamento” consistiu na identificação e distinção do tipo de documento, com o objetivo de selecionar exclusivamente artigos científicos. Essa análise buscou verificar se as publicações correspondiam a teses, relatórios, dossiês, editoriais ou artigos científicos, entre outros formatos. O foco principal desta etapa foi garantir que apenas artigos científicos fossem incluídos na

pesquisa, enquanto os demais tipos de publicação foram excluídos. Após a aplicação desse critério, 2 títulos foram removidos, resultando em um total de 370 artigos científicos selecionados para a próxima etapa do estudo.

Quadro 4 - Classificação de Textos	
Tipo de Texto	Total
Dossiê	1
Editoriais	1
TOTAL	2

A etapa subsequente consistiu em uma revisão criteriosa dos títulos dos artigos, com o objetivo de selecionar aqueles mais alinhados ao tema e às palavras-chave previamente definidas. Esse processo exigiu rigor na triagem, considerando a necessidade de reduzir o número de artigos científicos, que ainda se apresentava elevado em relação à quantidade estimada para a conclusão da revisão sistemática. Ao término dessa etapa, 245 artigos foram excluídos, restando 125 publicações para serem analisadas na próxima fase do estudo.

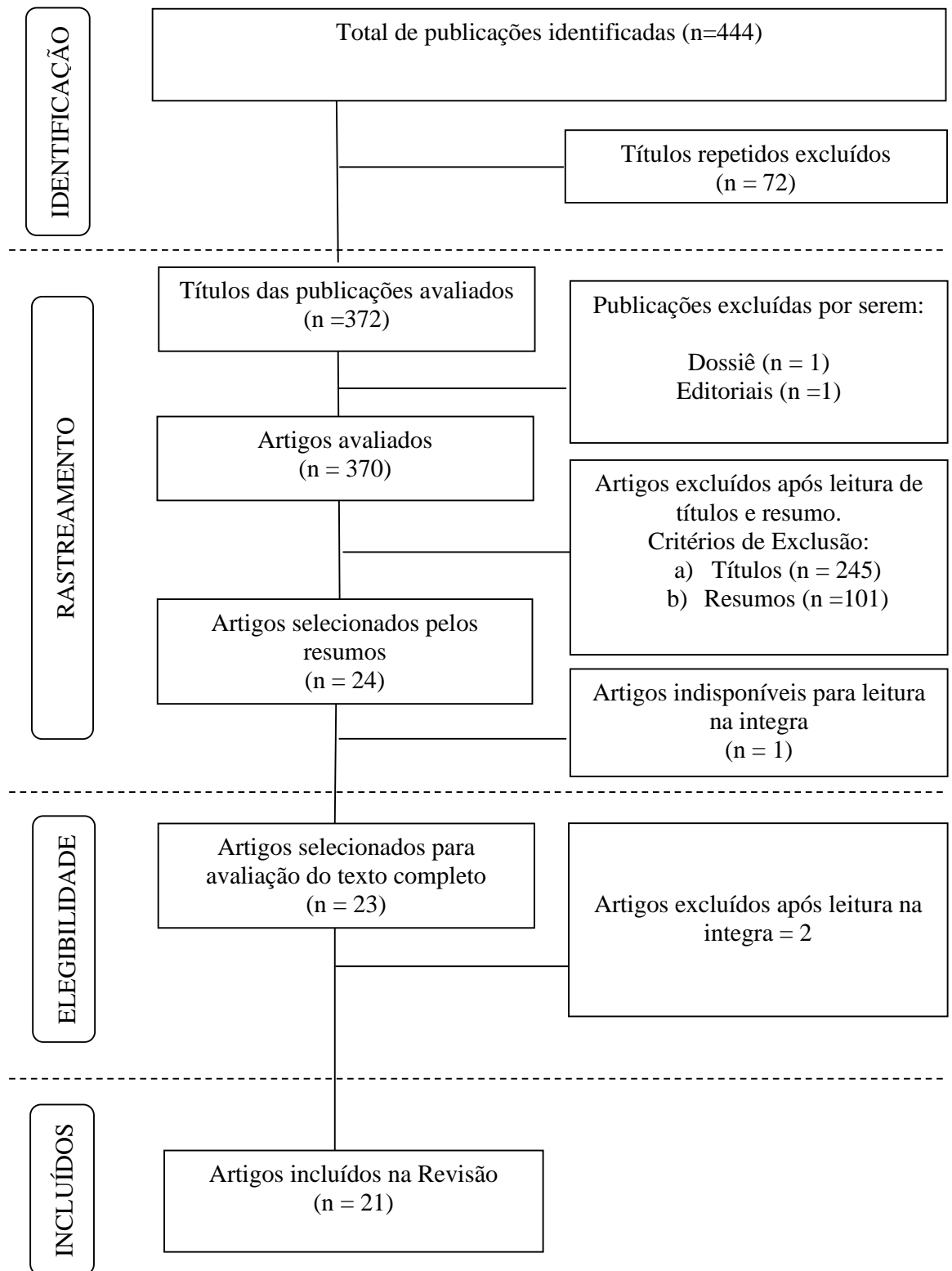
Na quarta etapa, o critério de análise baseou-se na leitura dos resumos dos artigos, com foco na sua relevância em relação à pergunta central da pesquisa. Esse processo foi complementado por uma avaliação das metodologias apresentadas nos resumos, visando compreender a abordagem adotada em cada estudo e sua contribuição potencial para os fundamentos teóricos da monografia. Após a aplicação desse critério, 101 artigos foram excluídos, restando 24 publicações para a quinta e penúltima etapa de triagem.

Essa etapa seguinte concentrou-se em verificar a disponibilidade dos textos completos dos artigos selecionados. Durante essa análise, constatou-se que um dos artigos não estava acessível em sua íntegra, resultando em sua exclusão. Ao final desse processo, 23 artigos foram mantidos para a etapa final.

O critério final de exclusão foi baseado na leitura integral dos artigos, permitindo uma análise detalhada da aderência de cada publicação aos objetivos e à temática central da pesquisa. Dos 23 artigos previamente selecionados, todos foram submetidos à leitura completa, possibilitando uma avaliação mais rigorosa de sua relevância teórica e metodológica. Ao término dessa etapa, 2 artigos foram excluídos por não se adequarem ao escopo desta investigação. Como resultado, 21 artigos foram considerados relevantes e incluídos na revisão sistemática da literatura, compondo o conjunto final de publicações analisadas.

Essa dinâmica de seleção é apresentada no fluxograma PRISMA, conforme a figura 1.

Figura 1. Fluxograma PRISMA do processo de seleção dos artigos incluídos na revisão



2.2 RESULTADO DA REVISÃO SISTEMATIZADA DOS 21 ARTIGOS INCLUÍDOS

Para apresentar os principais aspectos dos 21 artigos considerados incluídos na Revisão, foi elaborado o Quadro-Síntese 1, no qual os argumentos centrais de cada publicação foram sistematicamente organizados.

Essa síntese categorizou os conteúdos em três perspectivas principais: a) sobre a abordagem de moeda única e moeda comum; b) abordagem sobre integração, considerando os âmbitos econômico, cultural ou jurídico; e c) discussão sobre a relação com o desenvolvimento econômico. Tal estrutura visa facilitar a compreensão e análise comparativa dos temas abordados, contribuindo para o embasamento teórico desta pesquisa.

QUADRO SÍNTESE DOS ARTIGOS INCLUÍDOS NA REVISÃO

AUTOR -ANO	OBJETIVOS	ABORDAGEM SOBRE MOEDA ÚNICA OU MOEDA COMUM	ABORDAGEM SOBRE INTEGRAÇÃO	ABORDAGEM SOBRE A RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO
RODRÍGUEZ AGUILERA, 2021	O artigo busca explicar as bases jurídicas e institucionais do processo de integração econômica centro-americana, analisando tratados fundacionais, direito comunitário e a estrutura institucional que sustenta o Sistema de Integração Centro-americana (SICA).	não há	Foco na integração econômica através da criação do Mercado Comum Centro-americano e harmonização de políticas econômicas entre países membros, visando maior cooperação regional.	O artigo relaciona a integração com o desenvolvimento sustentável, propondo que a integração econômica é crucial para alcançar uma região de paz, liberdade, democracia e crescimento econômico sustentável.
REYNALDO, SUNAKOZAWA, DORSA, 2021	O artigo discute a integração da Rota de Integração Latino-Americana (RILA) e o desenvolvimento local à luz das constituições de Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, buscando harmonizar normas jurídicas para facilitar a integração econômica, social e legal desses países.	não há	Enfatiza a necessidade de integração econômica e harmonização jurídica entre os países da RILA, visando maior segurança jurídica e fortalecimento de políticas públicas para o desenvolvimento regional.	Relaciona a integração à promoção do desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento das economias locais, destacando a importância de infraestrutura e políticas públicas para fomentar o crescimento econômico.
GIAMBIAGI, 1998	O artigo analisa críticas à proposta de criação de uma moeda única para o Mercosul, argumentando que a unificação monetária pode trazer benefícios econômicos, como estabilidade cambial e atração de investimentos, se implementada após a realização de certas reformas e harmonização de políticas macroeconômicas.	O foco do artigo é a análise da viabilidade de uma moeda única no Mercosul, destacando os pré-requisitos necessários antes de sua implementação, como maior integração econômica e política entre os países membros.	O artigo trata da integração econômica, enfatizando que a moeda única só seria viável após a harmonização de políticas fiscais e econômicas entre os países do Mercosul.	A moeda única é vista como um mecanismo para fortalecer a integração econômica e promover o desenvolvimento regional, atraindo investimentos e aumentando a competitividade das economias do Mercosul.

MENDONÇA & DA SILVA, 2004	O artigo examina a viabilidade de uma união monetária no Mercosul, analisando a experiência europeia como base de comparação. Apresenta argumentos teóricos sobre áreas monetárias ótimas e avalia os custos e benefícios de uma moeda única para os países do bloco.	O foco do artigo é a análise da possibilidade de uma moeda única no Mercosul, concluindo que, devido à falta de coordenação macroeconômica e altos custos de ajuste, a proposta não é viável no contexto atual.	O artigo discute a integração econômica e a necessidade de harmonização de políticas fiscais e monetárias, mas enfatiza que os países do Mercosul ainda não possuem a estrutura necessária para uma união monetária efetiva.	A criação de uma moeda única é vista como um meio para aumentar a eficiência microeconômica, porém, a falta de credibilidade e a dificuldade de coordenação entre os países do Mercosul poderiam limitar os benefícios para o desenvolvimento econômico da região.
ROCHA DA SILVA, 1992	O artigo discute a coordenação de políticas econômicas entre os países do Mercosul, com foco na política cambial e na possibilidade de integração monetária, destacando os desafios e possíveis medidas para uma maior coordenação entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.	Explora a possibilidade de uma moeda comum para o Mercosul, mas enfatiza que, sem coordenação cambial e macroeconômica, a unificação monetária enfrenta obstáculos significativos.	O foco é na integração econômica, especialmente na coordenação de políticas fiscais, cambiais e de liberalização de mercados financeiros, como um passo essencial para a consolidação do Mercosul.	A coordenação econômica é vista como fundamental para o desenvolvimento sustentável e a estabilidade da região, promovendo maior competitividade externa e crescimento econômico regional.
TÉLLEZ VALENCIA, 2008	O artigo investiga a relação entre altas finanças e geopolítica como instrumentos de integração econômica na América Latina, com foco em como essas forças moldam os projetos de integração regional, especialmente no contexto sul-americano liderado por Brasil e Venezuela.	não há	O foco é na integração econômica e financeira como estratégia geopolítica para fortalecer a posição da América Latina no cenário global, enfatizando a importância de acordos regionais para superar a dependência de instituições financeiras internacionais.	O artigo argumenta que a integração econômica, liderada por Brasil e Venezuela, pode promover o desenvolvimento regional, mas ressalta que os benefícios não são necessariamente distribuídos de forma equitativa entre todos os países latino-americanos.
SILVA & SILVA, 2009	O artigo busca analisar o grau de compartilhamento de risco na América Latina, utilizando dados de renda e consumo de diversos países da região e comparando-os com economias desenvolvidas e emergentes, para avaliar o impacto da integração financeira no consumo e na estabilidade econômica.	não há	O artigo foca na integração financeira, destacando como uma maior integração entre os mercados latino-americanos poderia suavizar choques econômicos e aumentar a estabilidade de consumo.	A pesquisa sugere que uma integração financeira mais profunda entre os países latino-americanos pode levar a uma maior estabilidade econômica e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região, mitigando choques idiossincráticos que afetam o bem-estar.

BEYHAUT, 1993	O artigo examina a dimensão cultural da integração na América Latina, questionando o modelo econômico tradicional e destacando a importância das identidades regionais. Defende que a verdadeira integração ocorre no nível cultural e não apenas por meio de políticas econômicas ou jurídicas.	não há	Foco na integração cultural como elemento essencial para a coesão latino-americana, destacando que a diversidade cultural e histórica deve ser respeitada para que a integração seja genuína.	O artigo sugere que a integração cultural é fundamental para sustentar o desenvolvimento econômico na América Latina, promovendo cooperação regional mais inclusiva e resiliente.
GALA, 2007	O artigo compara políticas cambiais da América Latina e do Sudeste Asiático, destacando como taxas de câmbio depreciadas na Ásia foram fundamentais para o crescimento econômico sustentável, enquanto políticas de apreciação cambial na América Latina resultaram em crises e baixo crescimento.	não há	O foco é na integração econômica, analisando como políticas cambiais impactam o comércio exterior e o desenvolvimento regional, especialmente nas estratégias de crescimento lideradas por exportações na Ásia.	O artigo argumenta que políticas de câmbio depreciado, como as adotadas pelo Sudeste Asiático, podem impulsionar o crescimento econômico ao promover exportações e acumulação de capital, ao contrário da América Latina, onde a apreciação cambial prejudicou o desenvolvimento.
CORREIA DE SOUZA, 2008	O artigo analisa a integração econômica no contexto de um modelo de “escada de qualidade”, utilizando o modelo Schumpeteriano para explorar como a integração financeira e comercial impacta o crescimento endógeno. Também Avalia o efeito de políticas de integração sobre inovação e crescimento de longo prazo.	não há	Foco na integração econômica, especialmente no papel dos mercados financeiros integrados em eliminar redundâncias em esforços de P&D, e no impacto da liberalização do comércio e fluxos de ideias para acelerar o crescimento.	O artigo sugere que a integração financeira e comercial pode impulsionar o crescimento econômico, desde que acompanhada de proteção adequada à propriedade intelectual e coordenação de políticas de inovação.
OSPINA GRAJALES, 2019	O artigo investiga o dilema entre soberania nacional e integração regional na América Latina, utilizando o Mercosul e o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN) como estudos de caso para compreender como esses blocos equilibram a soberania estatal com os objetivos de integração regional.	não há	Foco na integração econômica e jurídica, analisando como a soberania dos Estados é impactada pelos acordos intergovernamentais e pelas decisões tomadas dentro dos blocos regionais.	O estudo destaca que a integração regional pode promover o desenvolvimento econômico, mas frequentemente entra em conflito com a soberania nacional, especialmente em termos de políticas econômicas e regulamentações internas.

PEÑA & REIS, 1999	O artigo explora o desenvolvimento econômico, social e político da América Latina, com foco nas transformações econômicas da região nas décadas de 1980 e 1990. Utiliza uma estrutura histórica para entender os desafios e avanços econômicos no contexto global.	não há	Discute a integração econômica, enfatizando a liberalização do comércio e a criação de blocos como o Mercosul para promover maior cooperação regional e crescimento.	O artigo sugere que a integração econômica e políticas de liberalização têm impulsionado o crescimento econômico na América Latina, apesar das desigualdades persistentes e dos desafios institucionais.
AGLIETTA, 1992	O artigo examina a estabilidade dinâmica dos regimes monetários internacionais e suas transformações ao longo do tempo, enfatizando a importância da coordenação internacional para evitar instabilidades estruturais. Explora a transição de regimes monetários, como a passagem do Sistema de Bretton Woods para o euro.	Aborda a criação de uma moeda única na Europa, destacando o papel do Sistema Monetário Europeu (SME) como etapa para a união monetária e a estabilidade necessária para a transição ao euro.	O foco está na integração econômica, especialmente em termos de políticas cambiais e monetárias, com ênfase na coordenação entre países para manter a estabilidade financeira.	O artigo sugere que a estabilidade dos regimes monetários e a cooperação internacional são fundamentais para sustentar o crescimento econômico global, evitando crises financeiras decorrentes de instabilidades cambiais.
SALUDJIAN, 2006	O artigo analisa os fluxos de capitais e a integração regional no contexto do Mercosul, investigando como esses fluxos afetam a volatilidade macroeconômica dos países membros durante o período de 1976 a 2001. A pesquisa utiliza métodos econométricos para identificar os determinantes dessa volatilidade.	não há	Foco na integração econômica, com ênfase no impacto dos fluxos de capitais e no conceito de “desmercossulização”, que sugere que a integração financeira não tem sido suficiente para estabilizar a economia dos países membros.	O estudo destaca que os fluxos de capitais, em vez de estabilizar, podem aumentar a volatilidade macroeconômica, dificultando o desenvolvimento econômico sustentável dos países do Mercosul.
CHAGAS & BAUMANN, 2007	O artigo analisa os potenciais ganhos de uma integração monetária no Mercosul, focando especialmente na redução dos custos de transação. Utiliza uma abordagem quantitativa para calcular quanto a economia brasileira poderia economizar com a adoção de uma moeda única no bloco.	Explora em profundidade os benefícios de uma moeda comum, argumentando que a principal vantagem seria a redução significativa nos custos de transação para as empresas brasileiras.	O foco está na integração econômica, propondo que uma união monetária poderia aumentar o comércio intra-bloco e melhorar a competitividade regional.	A redução dos custos de transação é vista como um motor para o crescimento econômico ao estimular o comércio regional e a eficiência produtiva, resultando em benefícios para o desenvolvimento sustentável do Mercosul.

VASCONCELOS & TEBALDI, 2024	O artigo explora o debate sobre a implementação de uma moeda regional no Mercosul, com foco na distinção entre moeda única e moeda comum. Analisa o histórico da proposta, as tentativas passadas de adoção e os desafios políticos e econômicos envolvidos, especialmente entre Brasil e Argentina.	O artigo aborda de forma detalhada as propostas de adoção tanto de uma moeda comum quanto de uma moeda única no Mercosul, destacando as vantagens, como a redução de custos de transação, e os obstáculos, como a necessidade de coordenação macroeconômica.	O foco é na integração econômica e financeira, explorando como a adoção de uma moeda comum poderia impulsionar o comércio regional e reduzir a dependência do dólar.	O artigo sugere que a criação de uma moeda comum poderia fortalecer a integração econômica, melhorar a resiliência a choques externos e promover um crescimento mais sustentável no bloco regional.
AMADO & MOLLO, 2004	O artigo explora o contraste entre as abordagens ortodoxa e heterodoxa na integração regional da América Latina, com foco nas origens do pensamento da CEPAL. Analisa como as mudanças nas políticas de integração refletem uma transição do pensamento heterodoxo inicial para um modelo mais ortodoxo.	não há	Discute a integração econômica, enfatizando o ceticismo heterodoxo sobre integrações profundas devido às desigualdades entre países. Propõe que a integração respeite as diferenças estruturais e promova políticas de desenvolvimento inclusivas.	O artigo sugere que a abordagem heterodoxa favorece uma integração que priorize o desenvolvimento sustentável e a redução de desigualdades, enquanto o enfoque ortodoxo tende a exacerbar as diferenças regionais ao promover liberalização sem políticas compensatórias.
GIAMBIAGI, 1997	O artigo propõe a unificação monetária entre os países do Mercosul, inspirando-se no modelo do Tratado de Maastricht. Discute os desafios de coordenação macroeconômica e sugere um cronograma detalhado para a implementação da moeda única na região.	O foco é na defesa da criação de uma moeda única para o Mercosul, destacando que isso aumentaria a estabilidade econômica e a confiança na região, atraindo mais investimentos ao eliminar o risco cambial.	O artigo explora a integração econômica, enfatizando a necessidade de harmonização das políticas fiscais e monetárias entre os países membros para garantir o sucesso da unificação monetária.	O artigo sugere que a moeda única impulsionaria a estabilidade econômica, estimularia investimentos e promoveria o desenvolvimento sustentável, reduzindo custos de transação e riscos cambiais entre os países do Mercosul.
SALUDJIAN, 2005	O artigo critica o modelo liberal de integração proposto pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e examina a transição do Mercosul para a ALCA, discutindo os impactos econômicos e sociais do "novo regionalismo" na América Latina. Utiliza a teoria da economia geográfica para analisar os efeitos da abertura comercial e os desafios enfrentados pelos países da periferia.	não há	O foco está na integração econômica, com ênfase em como o modelo de regionalismo aberto do BID impacta a soberania econômica e a independência dos países latino-americanos, ao priorizar a abertura comercial sem considerar desigualdades estruturais.	O artigo sugere que o modelo de integração promovido pelo BID pode aprofundar as desigualdades regionais e comprometer o desenvolvimento sustentável, ao desconsiderar a necessidade de políticas de proteção social e industrial para os países menos desenvolvidos da América Latina.

<p>REYNALDO, SUNAKOZAWA, DORSA, 2023</p>	<p>O artigo explora o direito de integração e a harmonização jurídica no contexto da Rota de Integração Latino-Americana (RILA), discutindo os desafios legais e institucionais para criar uma base jurídica comum entre os países da região, com o objetivo de fortalecer a cooperação econômica e jurídica.</p>	<p>não há</p>	<p>O foco está na integração jurídica, propondo a harmonização das legislações nacionais para facilitar o comércio e a cooperação regional, enfatizando a importância de um marco legal unificado para a RILA.</p>	<p>O artigo argumenta que a harmonização jurídica é fundamental para promover o desenvolvimento econômico, ao criar um ambiente de segurança jurídica que incentive investimentos e facilite a cooperação entre os países da América Latina.</p>
<p>ALENCAR, FREITAS, ROMERO & BRITTO, 2018</p>	<p>O artigo aplica a metodologia da complexidade econômica para analisar o desenvolvimento de Argentina, Brasil, Chile e México. A pesquisa investiga como a complexidade produtiva desses países afeta seu crescimento econômico, destacando as dificuldades enfrentadas pela América Latina para diversificar suas exportações e aumentar a competitividade global.</p>	<p>não há</p>	<p>O foco é na integração econômica, avaliando como a diversificação produtiva e o aumento da complexidade podem fomentar a cooperação econômica regional.</p>	<p>O artigo destaca que a falta de diversificação e a dependência de exportações de produtos primários limitam o desenvolvimento econômico na América Latina. Sugere que políticas que aumentem a complexidade produtiva podem ser essenciais para promover um crescimento sustentável e maior competitividade global.</p>

O levantamento realizado com base nos 21 artigos incluídos na revisão sistemática revelou uma predominância de publicações em português, totalizando 15 artigos. Além disso, foram identificados 5 artigos publicados em espanhol e apenas um artigo foi publicado em inglês.

Em relação aos períodos de publicação, observou-se uma distribuição equilibrada entre os intervalos analisados. Seis artigos foram publicados antes do ano 2000, abordando discussões fundacionais e perspectivas iniciais sobre o tema. O período de 2001 a 2015 apresentou o maior volume de publicações, com 9 artigos, indicando o auge do debate acadêmico e político em torno da integração regional dentre os artigos incluídos na revisão. Já o período de 2016 a 2024 contou com 6 artigos, ressaltando a continuidade das discussões em um contexto mais contemporâneo e adaptado aos desafios atuais.

Dos 21 artigos analisados no quadro-síntese, constatou-se que 14 não abordam diretamente a questão da moeda única ou moeda comum, apresentando a marcação "não há" nessa seção, indicando que os estudos concentram-se em outros aspectos relacionados ao tema principal. No entanto, todos os artigos incluídos na revisão discutem, de maneira consistente, as demais dimensões do quadro-síntese: a integração (econômica, cultural ou jurídica) e a relação com o desenvolvimento econômico.

Iniciando pela análise dos argumentos gerais apresentados nos artigos incluídos nesta revisão, conforme indicado no Quadro-Síntese 1, organizamos a discussão seguindo as três abordagens principais definidas nesta pesquisa. A apresentação detalhada desses argumentos está estruturada nas próximas seções 3, 4 e 5, garantindo uma análise sistemática e alinhada aos objetivos do estudo.

2.3 ABORDAGEM SOBRE MOEDA ÚNICA E MOEDA COMUM

Inicialmente, é válido destacar que foi enfrentada uma certa dificuldade de encontrar dentro da literatura acadêmica global artigos que tratassem exclusivamente da discussão sobre moeda única ou moeda comum, especificamente na América Latina como um todo, fazendo desta revisão uma importante e escassa apresentação de como o tema é tratado pela academia. Para superar a escassez, foi muito analisada a percepção dos autores sobre a moeda única em blocos como a União europeia e principalmente o Mercosul.

Os artigos levantados na revisão que abordam a questão da moeda única discutem de forma ampla os benefícios e desafios associados à sua implementação, especialmente no contexto do Mercosul. Em geral, os autores destacam que a unificação monetária poderia trazer vantagens significativas, como a redução de custos de transação, maior estabilidade econômica e incentivo

ao comércio regional interno. No entanto, há consenso sobre a existência de pré-requisitos essenciais para que essa integração seja viável, incluindo a necessidade de coordenação macroeconômica, harmonização fiscal e convergência das políticas econômicas entre os países envolvidos.

Outro ponto recorrente nas discussões é a comparação com a experiência europeia, em que a criação do euro é frequentemente utilizada como referência para entender os desafios institucionais, políticos e econômicos que a unificação monetária exige. Os estudos também ressaltam que, embora os benefícios possam ser promissores, a falta de estrutura institucional e a disparidade econômica entre os países da região constituem obstáculos importantes para a concretização desse projeto.

Como apontado por Giambiagi (1998), a discussão sobre a moeda única no Mercosul está centrada nos desafios e benefícios associados à sua implementação. O autor enfatiza a necessidade de uma coordenação macroeconômica prévia e de reformas estruturais para que a unificação monetária se torne viável. Além disso, destaca que, sem essa preparação, os custos associados à moeda única poderiam superar seus benefícios no contexto regional.

Em um contexto de diferenças significativas de credibilidade fiscal e monetária entre os países do Mercosul, a criação de uma moeda única requereria uma profunda convergência das políticas econômicas e um elevado nível de coordenação, condições que ainda estão longe de serem atingidas. (GIAMBIAGI, 1998, p. 23)

De maneira complementar, Mendonça e Da Silva (2004) reforçam a análise de Giambiagi ao destacar que a experiência europeia com a criação do euro oferece lições importantes para a discussão sobre uma moeda única no Mercosul. Assim como Giambiagi, os autores enfatizam a necessidade de uma maior integração macroeconômica e política entre os países do bloco, destacando que a ausência dessa convergência compromete a viabilidade do projeto. Ambos os estudos convergem ao apontar que a unificação monetária requer um alinhamento prévio das políticas fiscais, cambiais e econômicas como pré-requisito fundamental para o sucesso.

A introdução de uma moeda única no Mercosul depende de um grau elevado de integração econômica, similar ao observado na União Europeia, com forte coordenação de políticas fiscais e monetárias, algo que, no atual estágio, ainda se encontra distante para os países do bloco. (MENDONÇA; DA SILVA, 2004, p. 45)

Rocha da Silva (1992) contribui para a discussão ao enfatizar a necessidade de coordenação das políticas econômicas no Mercosul como etapa preliminar para qualquer proposta de unificação monetária. Assim como Giambiagi (1998) e Mendonça e Da Silva (2004), o autor destaca que a ausência de convergência macroeconômica entre os países do bloco dificulta a implementação de uma moeda única. Contudo, Rocha da Silva (1992) aprofunda a análise ao abordar os desafios institucionais e políticos que precisam ser superados para que a coordenação

das políticas econômicas se torne viável, ressaltando o papel crucial de instituições regionais fortes.

A proposta de uma moeda única no Mercosul está intrinsecamente ligada à coordenação macroeconômica, que requer não apenas harmonização fiscal e monetária, mas também o fortalecimento de mecanismos institucionais capazes de sustentar a integração regional. (ROCHA DA SILVA, 1992, p. 78)

Rocha da Silva (1992) enfatiza a importância das instituições como pilares fundamentais para viabilizar a introdução de uma moeda única. O autor sustenta que, para além da harmonização econômica, as instituições regionais devem ter legitimidade, capacidade de governança e autonomia suficiente para mediar conflitos e implementar políticas comuns. Ele argumenta que a ausência de instituições robustas enfraquece o processo integrativo e compromete a viabilidade de uma moeda única, destacando a necessidade de mecanismos que promovam confiança entre os Estados e assegurem a sustentabilidade das medidas acordadas.

A moeda única, enquanto elemento de integração, não pode ser sustentada em uma base frágil de coordenação intergovernamental que dependa exclusivamente da boa vontade dos Estados membros. É indispensável que existam instituições regionais dotadas de autonomia decisória e mecanismos eficazes para a implementação das políticas macroeconômicas pactuadas, garantindo, assim, a credibilidade do projeto. A ausência de tais instituições cria um ambiente de incerteza e dificulta a confiança necessária para o avanço de uma integração monetária efetiva. (ROCHA DA SILVA, 1992, p. 84)

Já Aglietta (1992) explora as condições necessárias para a implementação de moedas únicas no contexto dos blocos regionais, enfatizando o papel das instituições e a importância de um sistema monetário internacional estável. O autor analisa as transformações históricas dos regimes monetários, destacando que a transição para o euro foi sustentada por uma longa trajetória de integração econômica e estabilidade política, elementos fundamentais para o sucesso de qualquer unificação monetária. Além disso, Aglietta salienta que a falta de estabilidade no sistema monetário global pode amplificar os desafios internos de um bloco regional, como o Mercosul, ao tentar implementar uma moeda única.

A introdução de uma moeda única em um bloco regional depende de dois fatores fundamentais: um ambiente institucional robusto, no qual as políticas sejam sustentadas por mecanismos confiáveis de coordenação, e um sistema monetário internacional estável que permita aos países membros ajustar-se gradualmente às novas condições. No caso da Europa, foi a estabilidade do Sistema Monetário Europeu que possibilitou a transição para o euro. Sem um quadro internacional previsível, as tensões internas entre os países do bloco podem se intensificar, comprometendo a viabilidade do projeto. (AGLIETTA, 1992, p. 105)

Chagas e Baumann (2007) abordam a integração monetária no Mercosul, destacando os ganhos potenciais associados à redução de custos de transação entre os países do bloco. Os autores argumentam que uma moeda única pode facilitar o comércio intra-regional e aumentar a eficiência econômica, mas enfatizam que sua implementação depende de uma estrutura robusta de coordenação macroeconômica e da superação de assimetrias econômicas entre os

países membros. O estudo também chama atenção para os desafios institucionais, alertando que, sem um planejamento adequado, os benefícios podem ser limitados.

A unificação monetária no Mercosul apresenta o potencial de reduzir custos de transação, simplificar o comércio intra-regional e reforçar a competitividade das economias participantes. No entanto, sua implementação exige não apenas uma harmonização das políticas fiscais e monetárias, mas também o fortalecimento de instituições que garantam a supervisão e a aplicação das medidas acordadas. Em sua ausência, o risco de instabilidade econômica e de desequilíbrios regionais pode superar os benefícios projetados, comprometendo o objetivo central de integração econômica sustentável. (CHAGAS; BAUMANN, 2007, p. 58)

Vasconcelos e Tebaldi (2024) exploram a viabilidade da implementação de uma moeda única no Mercosul, analisando os desafios econômicos e políticos envolvidos no processo. Os autores destacam que, embora a unificação monetária traga benefícios como a redução de custos cambiais e maior estabilidade econômica, o projeto enfrenta barreiras significativas, como a disparidade macroeconômica entre os países membros e a ausência de coordenação política eficaz. A análise reforça que o sucesso de uma moeda única exige um esforço conjunto para alinhar políticas fiscais, monetárias e institucionais entre os países do bloco.

A proposta de uma moeda única no Mercosul, embora atraente em termos de facilitação do comércio e da integração econômica, encontra-se em um cenário de desafios. A falta de alinhamento nas políticas econômicas dos países membros, somada às tensões políticas regionais, dificulta a criação de uma base sólida para sua implementação. A experiência europeia oferece lições valiosas, mas sua replicação no contexto do Mercosul exige adaptações profundas, considerando as especificidades econômicas e políticas da região. (VASCONCELOS; TEBALDI, 2024, p. 112)

Os autores também destacam que a experiência europeia com a criação do euro, frequentemente usada como referência para blocos econômicos regionais, não pode ser aplicada diretamente ao Mercosul devido às diferenças estruturais significativas entre as duas regiões. Eles ressaltam que, enquanto a Europa contou com décadas de integração econômica, política e social antes da implementação do Euro, o Mercosul ainda enfrenta desafios básicos de coordenação macroeconômica e política.

Além disso, a União Europeia possui instituições sólidas e supranacionais, como o Banco Central Europeu, que desempenham um papel central na gestão da moeda única, algo que o Mercosul ainda não possui. Essa ausência de uma estrutura institucional robusta e de convergência econômica dificulta a replicação do modelo europeu.

A experiência da União Europeia mostra que a implementação de uma moeda única requer não apenas convergência econômica entre os países membros, mas também a existência de instituições supranacionais eficazes e estáveis. No caso do Mercosul, essa realidade está distante, pois as disparidades econômicas entre os países do bloco, aliadas à falta de integração institucional, tornam inviável a aplicação direta do modelo europeu. Em vez disso, o Mercosul precisa desenvolver um caminho próprio, adaptado às suas condições regionais e políticas, que considere as assimetrias existentes e crie mecanismos para mitigá-las. (VASCONCELOS; TEBALDI, 2024, p. 120)

Para finalizar a exposição sobre o que os autores falam especificamente sobre moeda única ou moeda comum, retornemos para outro artigo de Giambiagi (1997). O autor apresenta uma proposta detalhada para a unificação monetária dos países do Mercosul, inspirada no Tratado de Maastricht, que estruturou a criação do euro na União Europeia. O autor argumenta que a moeda única poderia trazer benefícios significativos, como estabilidade cambial, redução de custos de transação e fortalecimento da integração econômica. No entanto, ele ressalta que a implementação desse projeto exige o cumprimento de rigorosos critérios de convergência econômica, incluindo metas fiscais, estabilidade monetária e uma maior coordenação entre as políticas econômicas dos países membros. Giambiagi também destaca que, sem uma base sólida de compromissos institucionais e políticos, os riscos associados a essa integração podem superar os benefícios esperados.

A criação de uma moeda única no Mercosul, à semelhança do que foi realizado na União Europeia, dependeria de uma série de condições prévias. Entre elas, destaca-se a necessidade de metas claras de convergência fiscal e monetária, acompanhadas de mecanismos institucionais capazes de monitorar e aplicar as regras estabelecidas. No entanto, diferentemente da Europa, onde havia maior homogeneidade econômica e institucional, o Mercosul apresenta disparidades significativas, o que torna o processo mais complexo e arriscado. Por isso, qualquer proposta deve ser acompanhada de uma visão realista das limitações regionais e do tempo necessário para superar tais desafios. (GIAMBIAGI, 1997, p. 88)

Os artigos de Giambiagi (1997) e Vasconcelos e Tebaldi (2024) apresentam perspectivas contrastantes sobre a viabilidade da implementação de uma moeda única no Mercosul, ainda que ambos reconheçam os desafios estruturais enfrentados pelo bloco.

Em contraste, Vasconcelos e Tebaldi destacam que as diferenças estruturais e institucionais entre o Mercosul e a União Europeia tornam inviável a replicação do modelo europeu na América do Sul, sugerindo que o bloco precisa construir um caminho próprio, adaptado às suas condições regionais. Essa tensão entre a visão mais idealista de Giambiagi e a abordagem pragmática de Vasconcelos e Tebaldi evidencia a complexidade do debate sobre integração monetária no Mercosul, onde os benefícios potenciais esbarram nas barreiras institucionais e políticas ainda não resolvidas.

Os artigos analisados revelam que a discussão sobre a viabilidade de uma moeda única no Mercosul é marcada tanto por otimismo quanto por cautela. De um lado, destacam-se os benefícios potenciais, como a estabilidade econômica, a redução de custos de transação e o fortalecimento do comércio regional. Por outro lado, os desafios institucionais, a falta de convergência macroeconômica e as disparidades econômicas entre os países membros são apontados como barreiras significativas para sua implementação. A análise evidencia que, embora a moeda única seja uma meta atrativa, sua concretização depende de um processo robusto de integração, com maior harmonização de políticas e o fortalecimento de instituições

regionais. Esses fatores ressaltam a importância de uma discussão mais ampla sobre integração, tema que será explorado na próxima etapa desta revisão.

2.4 ABORDAGEM SOBRE A INTEGRAÇÃO

A integração, em suas múltiplas dimensões, representa um dos pilares fundamentais para a consolidação de blocos econômicos regionais e a superação de desafios estruturais entre os países membros. No contexto do Mercosul e da América Latina, a integração não se limita ao aspecto econômico, abrangendo também esferas culturais, políticas e jurídicas.

Neste tópico da revisão será explorado como os artigos analisados abordam o conceito de integração, discutindo suas potencialidades e limitações. Ao investigar os avanços e os entraves nesse processo, será possível compreender como a integração regional pode servir de base para iniciativas mais ambiciosas, como a moeda única, além de avaliar seu papel no fortalecimento da coesão entre os países da região.

Para organizar a discussão sobre integração, optou-se por dividir os artigos analisados em três dimensões principais: econômica, cultural e jurídica/institucional. Essa abordagem busca destacar como cada uma dessas perspectivas contribui para o entendimento do processo de integração regional, enfatizando suas especificidades e inter-relações. A integração econômica será abordada em termos de comércio, mercados financeiros e coordenação de políticas macroeconômicas; a integração cultural explorará o papel das identidades regionais e da cooperação social; e a integração jurídica/institucional tratará da harmonização legislativa e da criação de estruturas de governança. Essa divisão tem como objetivo fornecer uma análise sistemática e aprofundada, permitindo uma visão abrangente das múltiplas facetas que compõem a integração regional.

2.4.1 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

A coordenação macroeconômica e a harmonização de políticas econômicas aparecem como pré-requisitos fundamentais para a integração econômica nos artigos analisados. Rocha da Silva (1992) defende que a convergência das políticas fiscais e monetárias é essencial para garantir a estabilidade do bloco e reduzir as disparidades econômicas entre os países membros. Esse argumento é reforçado por Chagas e Baumann (2007), que destacam como a ausência de políticas coordenadas pode ampliar os custos econômicos da integração e limitar os ganhos. Giambiagi (1997) propõe metas rigorosas de convergência, inspirando-se no Tratado de Maastricht, sugerindo que essas medidas podem fortalecer a confiança entre os membros do bloco e viabilizar iniciativas econômicas mais ambiciosas.

A coordenação das políticas econômicas no Mercosul não deve ser apenas uma recomendação, mas uma condição obrigatória para o avanço da integração. A ausência de um alinhamento fiscal e monetário adequado amplia as assimetrias entre os países e compromete a estabilidade do bloco, especialmente diante de choques externos. (ROCHA DA SILVA, 1992, p. 45)

A integração de mercados regionais e a ampliação do comércio também são apontadas pelos autores como objetivos centrais da integração econômica. Rodríguez Aguilera (2021) enfatiza a criação de um mercado comum como um caminho para fortalecer a competitividade regional. Gala (2007) explora a relação entre políticas cambiais e comércio exterior, destacando como uma coordenação eficaz pode impulsionar as exportações e integrar mercados. Saludjian (2005), por sua vez, critica o modelo de regionalismo aberto proposto por instituições como o BID, mas reconhece que o aumento do comércio intra-regional é essencial para consolidar a integração.

A formação de um mercado comum não é apenas uma estratégia econômica, mas uma necessidade estrutural para os países que buscam competir em um ambiente global cada vez mais integrado. A coordenação de políticas e a facilitação do comércio regional são passos indispensáveis para que os blocos regionais superem barreiras estruturais e reduzam dependências externas. (RODRÍGUEZ AGUILERA, 2021, p. 36, tradução nossa)

No que diz respeito à integração financeira, esta é vista como um elemento indispensável para a estabilidade econômica e a consolidação de blocos regionais. Aglietta (1992) argumenta que a estabilidade monetária é um pilar essencial para a integração econômica, destacando que a ausência de mecanismos de controle financeiro pode gerar instabilidades significativas. Saludjian (2006) analisa como os fluxos de capitais impactam a volatilidade macroeconômica, apontando os riscos de integração financeira descoordenada. Chagas e Baumann (2007) complementam ao destacar os benefícios financeiros de uma integração bem planejada, como a redução dos custos cambiais e o fortalecimento dos mercados internos.

A estabilidade monetária é o alicerce sobre o qual se constrói qualquer integração econômica bem-sucedida. Sem mecanismos sólidos de coordenação financeira e controle cambial, as economias de um bloco regional tornam-se vulneráveis a choques externos, comprometendo os ganhos esperados da integração. (AGLIETTA, 1992, p. 112, tradução nossa)

Já a integração econômica é frequentemente associada ao desenvolvimento regional e à redução de desigualdades entre os países membros. Reynaldo, Sunakozawa e Dorsa (2021) exploram o impacto da integração no desenvolvimento local, destacando a importância de políticas que promovam a inclusão econômica. Pena e Reis (1999) discutem como a integração econômica pode impulsionar o crescimento sustentável, argumentando que iniciativas regionais podem mitigar as disparidades sociais e econômicas que caracterizam a América Latina.

A integração econômica deve ser vista não apenas como um processo técnico, mas como um instrumento para promover a coesão social e o desenvolvimento sustentável. Sem iniciativas direcionadas para reduzir as desigualdades estruturais, a integração corre o risco de reproduzir as mesmas disparidades que pretende combater. (PENA; REIS, 1999, p. 59, tradução nossa)

2.4.2 INTEGRAÇÃO CULTURAL

A integração cultural é amplamente reconhecida como uma força central para promover a coesão e a construção de uma identidade regional na América Latina. Beyhaut (1993) argumenta que a valorização das identidades locais é essencial para dar suporte aos processos econômicos e políticos, pois cria um senso de pertencimento e solidariedade entre as nações. Sem essa base cultural, a integração corre o risco de se tornar uma iniciativa meramente técnica, afastada das aspirações populares. Da mesma forma, Téllez Valencia (2008) salienta que a cultura desempenha um papel geopolítico relevante, funcionando como um motor de união em um continente marcado por fragmentações históricas.

A integração cultural não é apenas um reflexo das iniciativas econômicas e políticas, mas um motor próprio que promove a coesão social e a construção de uma identidade regional. Sem a valorização das identidades locais, a integração se torna um processo técnico, distante das aspirações dos povos latino-americanos. (BEYHAUT, 1993, p. 67, tradução nossa)

Ao propor a cultura como elemento de coesão, os autores destacam que a integração regional bem-sucedida depende de mais do que acordos econômicos ou institucionais. Para Téllez Valencia (2008), a cultura fortalece os laços entre os países ao criar um sentimento de unidade, que transcende fronteiras políticas. Esse enfoque sublinha a necessidade de colocar a cultura no centro das estratégias de integração, garantindo que as populações se identifiquem com o projeto regional e sintam que ele reflete suas histórias e realidades sociais.

A integração cultural também é apresentada como um meio de promover o desenvolvimento econômico e social. Reynaldo, Sunakozawa e Dorsa (2021) argumentam que o fortalecimento da cooperação cultural entre os países da América Latina pode gerar impactos positivos no desenvolvimento local, ao criar espaços para a valorização das tradições e do conhecimento regional. Os autores ressaltam que a cultura não apenas contribui para a coesão social, mas também para a construção de políticas públicas que levem em conta as particularidades das comunidades locais. Nesse sentido, Pena e Reis (1999) reforçam a ideia de que a integração cultural tem o potencial de reduzir desigualdades regionais, funcionando como uma ferramenta para superar exclusões históricas.

A cultura desempenha um papel crucial na promoção do desenvolvimento, não apenas por gerar coesão social, mas também por possibilitar um espaço de cooperação onde as diferenças econômicas e sociais possam ser reduzidas por meio da valorização da diversidade. (PENA; REIS, 1999, p. 45, tradução nossa)

Além disso, os autores sugerem que o desenvolvimento sustentável na América Latina está intrinsecamente ligado ao respeito e à promoção das expressões culturais. Reynaldo, Sunakozawa e Dorsa (2021) afirmam que a integração cultural fomenta um ambiente de inovação social, ao permitir que os países troquem experiências e saberes de forma colaborativa.

Essa troca não só impulsiona o crescimento econômico, mas também contribui para a criação de políticas públicas inclusivas que valorizam as realidades locais.

Como um ponto de divergência aos pesquisadores céticos, os autores separados nessa revisão adotam uma postura crítica em relação aos modelos tradicionais de integração, que priorizam aspectos econômicos em detrimento da dimensão cultural. Saludjian (2005) afirma que esses modelos desconsideram as especificidades culturais e históricas da América Latina, perpetuando desigualdades estruturais. Segundo o autor, uma integração que negligencie a diversidade cultural corre o risco de alienar as populações locais, tornando o processo excludente e ineficaz. Beyhaut (1993) complementa essa visão ao argumentar que a verdadeira integração só é possível se houver respeito pelas identidades regionais e inclusão das perspectivas históricas.

Os modelos de integração que priorizam exclusivamente a economia estão destinados ao fracasso se não levarem em conta a diversidade cultural e as especificidades históricas da América Latina. A verdadeira integração deve começar pela valorização das identidades regionais, que são a base para um projeto inclusivo e sustentável. (SALUDJIAN, 2005, p. 39, tradução nossa)

2.4.3 INTEGRAÇÃO JURÍDICA E INSTITUCIONAL

A integração jurídica é um elemento central nos processos de regionalização, pois estabelece as bases normativas que permitem a coordenação entre os países membros e a implementação de políticas comuns. Ao harmonizar legislações e criar mecanismos institucionais robustos, a integração jurídica promove maior segurança jurídica, facilita o comércio, reduz conflitos e fortalece a governança regional. Além disso, é por meio dela que blocos regionais podem garantir a estabilidade das relações entre os Estados, assegurando a sustentabilidade e a legitimidade dos projetos de integração.

A harmonização legislativa é frequentemente apontada como uma condição essencial para consolidar a integração jurídica em blocos regionais. Rodríguez Aguilera (2021) enfatiza a importância dos tratados fundacionais e do direito comunitário como instrumentos para promover a uniformidade normativa entre os países membros do SICA.

O autor destaca que a criação de um marco normativo comum fortalece a cooperação jurídica e reduz conflitos legais entre os Estados. Reynaldo (2022) reforça essa visão ao abordar o contexto da RILA, argumentando que a harmonização jurídica não só promove segurança legal, mas também cria uma base sólida para a governança regional.

A harmonização jurídica, especialmente por meio de tratados fundacionais e da criação de normas supranacionais, é fundamental para a consolidação de um bloco regional. Sem essa base normativa comum, a integração se torna vulnerável a conflitos legais e a interpretações divergentes que comprometem a estabilidade do projeto. (RODRÍGUEZ AGUILERA, 2021, p. 42, tradução nossa)

Outras entidades que desempenham um papel fundamental na integração jurídica são as instituições regionais, que atuam como guardiãs da implementação e monitoramento de políticas comuns. Rocha da Silva (1992) ressalta que a criação de instituições robustas é essencial para garantir a estabilidade e o cumprimento das normas acordadas entre os membros do Mercosul. Ospina Grajales (2019) complementa ao discutir o desafio de equilibrar soberania nacional e governança supranacional, afirmando que a construção de instituições regionais deve respeitar as especificidades nacionais, ao mesmo tempo em que fortalece a integração.

As instituições regionais são os pilares da integração, proporcionando os mecanismos necessários para a aplicação das normas pactuadas e para a resolução de conflitos entre os países membros. No entanto, essas instituições devem ser desenhadas de forma a respeitar as peculiaridades de cada Estado, garantindo que o processo de integração seja percebido como legítimo e inclusivo. (OSPINA GRAJALES, 2019, p. 78, tradução nossa)

A integração jurídica não apenas facilita a cooperação regional, mas também atua como um catalisador para o desenvolvimento econômico. Reynaldo, Sunakozawa e Dorsa (2021) destacam que a harmonização normativa promove a segurança jurídica necessária para atrair investimentos e fortalecer o comércio no contexto da RILA. De forma complementar, Correia de Souza (2008) analisa como a coordenação jurídica pode reduzir barreiras comerciais e criar um ambiente propício à cooperação econômica, beneficiando diretamente os países membros.

A integração jurídica é uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento econômico regional. Por meio da criação de normas comuns e da redução de barreiras legais, os blocos regionais podem atrair investimentos, aumentar a competitividade e promover o crescimento sustentável entre seus membros. (CORREIA DE SOUZA, 2008, p. 34)

Os artigos analisados revelam que a integração, em suas dimensões econômica, cultural e jurídica/institucional, constitui um pilar fundamental para o fortalecimento dos blocos regionais. A integração econômica destaca-se por sua capacidade de promover comércio, reduzir custos e facilitar a coordenação de políticas macroeconômicas; a integração cultural reforça os laços identitários e sociais entre os países, criando coesão regional; e a integração jurídica/institucional estabelece as bases normativas e institucionais que garantem a legitimidade e a estabilidade do processo integrativo. Essas abordagens, ainda que distintas, convergem na construção de uma estrutura regional mais sólida e inclusiva.

Dado o papel estratégico da integração, a próxima etapa desta revisão se dedicará a apresentar como os processos integrativos influenciam o desenvolvimento econômico, com ênfase em suas contribuições para o crescimento sustentável e o fortalecimento das economias regionais.

2.5 A RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A relação entre os processos de integração e o desenvolvimento econômico é uma questão central nos debates sobre regionalização, especialmente na América Latina, onde as desigualdades estruturais e as diferenças econômicas entre os países membros dos blocos regionais representam desafios significativos. Esta etapa da revisão busca explorar como os artigos analisados abordam essa conexão, investigando os impactos das iniciativas de integração sobre o crescimento econômico, a redução de desigualdades e a promoção de um desenvolvimento sustentável.

Para explorar a relação entre integração e desenvolvimento econômico, optou-se por organizar a análise em três dimensões principais: crescimento econômico e comércio, redução de desigualdades regionais e sustentabilidade econômica e inovação. Essa divisão visa destacar como os artigos analisados abordam os diferentes impactos dos processos integrativos sobre o desenvolvimento econômico, permitindo uma compreensão mais detalhada e sistemática. Cada dimensão será discutida a partir das contribuições dos autores, evidenciando os avanços, desafios e potencialidades das iniciativas de integração regional para fortalecer as economias dos países envolvidos.

2.5.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO E COMÉRCIO

Não há como se discutir Crescimento econômico regional e comércio sem reiterar que a integração econômica é um motor essencial para o fortalecimento do comércio intra-regional. Rodríguez Aguilera (2021) enfatiza que a criação de um mercado comum no âmbito do SICA representa um passo decisivo para facilitar as trocas comerciais entre os países membros, promovendo maior eficiência e competitividade regional. De forma complementar, Chagas e Baumann (2007) discutem os benefícios econômicos da integração no Mercosul, destacando que a redução de barreiras comerciais e custos de transação amplia significativamente o comércio entre os países. Giambiagi (1997) reforça essa visão ao argumentar que o fortalecimento do comércio regional é um dos pilares fundamentais para consolidar o crescimento econômico sustentável.

A formação de mercados comuns fortalece as economias dos países membros, reduzindo custos de transação e criando oportunidades para que as economias locais se tornem mais competitivas em escala global. No caso do Mercosul, a integração representa uma estratégia indispensável para superar as fragilidades estruturais das economias sul-americanas. (CHAGAS; BAUMANN, 2007, p. 58)

As políticas cambiais e a coordenação macroeconômica também surgem como elementos centrais para impulsionar o crescimento. Gala (2007) destaca que taxas de câmbio depreciadas podem ser estratégicas para aumentar a competitividade das exportações, promovendo

crescimento sustentável. Por outro lado, Rocha da Silva (1992) ressalta que a coordenação de políticas econômicas, especialmente fiscais e monetárias, é crucial para garantir um ambiente estável que favoreça o comércio intra-regional. Ambos os autores concordam que, sem uma base macroeconômica estável e coordenada, o potencial da integração para estimular o crescimento é severamente limitado.

A coordenação de políticas econômicas entre os países membros é essencial para a estabilidade do comércio regional. No Mercosul, essa coordenação pode mitigar as flutuações cambiais e reduzir os riscos de instabilidade, criando um ambiente propício para o crescimento sustentável das exportações. (ROCHA DA SILVA, 1992, p. 44)

A integração econômica também é analisada como um mecanismo para promover o crescimento sustentável, especialmente por meio do fortalecimento de instituições e da cooperação regional. Correia de Souza (2008) argumenta que a qualidade institucional desempenha um papel determinante no sucesso da integração econômica, destacando que a coordenação entre países pode impulsionar o crescimento endógeno. Pena e Reis (1999) complementam essa visão ao afirmar que a integração econômica é essencial para alcançar um desenvolvimento equilibrado, especialmente em regiões com altos níveis de desigualdade, como a América Latina.

A integração econômica é um elemento transformador no desenvolvimento de economias regionais. Ao criar uma base cooperativa e institucional, os países membros podem atingir um crescimento sustentável, baseado na redução de barreiras comerciais e no fortalecimento das capacidades produtivas. (CORREIA DE SOUZA, 2008, p. 30)

2.5.2 REDUÇÃO DE DESIGUALDADES REGIONAIS

A integração regional é amplamente discutida como uma estratégia eficaz para mitigar disparidades econômicas entre países e regiões, especialmente na América Latina. Reynaldo, Sunakozawa e Dorsa (2021) destacam que a RILA tem o potencial de reduzir desigualdades ao promover o desenvolvimento local e criar conexões mais profundas entre as economias dos países membros. De forma semelhante, Saludjian (2006) analisa o papel dos fluxos de capitais na redução das disparidades econômicas no Mercosul, ressaltando que uma integração mais coordenada poderia equilibrar as diferenças estruturais entre os países. Já Saludjian (2005) critica o modelo de regionalismo aberto, propondo que a integração deve ser direcionada para corrigir desigualdades históricas e estruturais, em vez de reproduzir as mesmas assimetrias.

A integração regional, quando bem planejada, pode atuar como um mecanismo transformador, mitigando disparidades estruturais entre os países membros. No entanto, é necessário que as políticas de integração sejam desenhadas com o objetivo explícito de corrigir desigualdades históricas, em vez de perpetuá-las. A falta de direcionamento nesse sentido resulta em processos que privilegiam as economias mais fortes, deixando de lado as periferias regionais. (SALUDJIAN, 2005, p. 42, tradução nossa)

Arelado a isso, as políticas regionais voltadas para o fortalecimento de economias periféricas são apontadas como fundamentais para reduzir desigualdades dentro dos blocos econômicos. Téllez Valencia (2008) defende que, para integrar economias periféricas, é necessária uma abordagem geopolítica que considere as especificidades locais e as transforme em vantagens competitivas no cenário global. Vasconcelos e Tebaldi (2024) complementam essa visão, afirmando que o fortalecimento das instituições regionais é indispensável para garantir que as economias menos desenvolvidas possam participar de maneira equitativa nos processos integrativos, promovendo maior equilíbrio entre os países membros.

A integração não pode ser construída ignorando as diferenças estruturais entre os países. É imperativo que as instituições regionais sejam fortalecidas para implementar políticas que favoreçam as economias periféricas, garantindo que elas não apenas participem, mas também colham os frutos do processo integrativo. Sem essa abordagem, a integração corre o risco de reproduzir o modelo de centro e periferia, exacerbando desigualdades em vez de reduzi-las. (VASCONCELOS; TEBALDI, 2024, p. 120)

A integração também é analisada como um mecanismo para promover o crescimento sustentável, que pode servir como resposta às desigualdades regionais. Pena e Reis (1999) enfatizam que a cooperação regional é essencial para construir um crescimento equilibrado, destacando que a integração econômica deve ir além do comércio, incorporando objetivos de inclusão social. Alencar, Freitas, Romero e Britto (2018) avançam nessa discussão ao argumentar que a diversificação produtiva e o aumento da complexidade econômica são caminhos fundamentais para superar desigualdades, ao permitir que as economias regionais alcancem maior competitividade no mercado global.

O crescimento sustentável no contexto da integração regional depende de estratégias que combinem cooperação econômica, inclusão social e diversificação produtiva. Essas medidas não apenas promovem a competitividade regional, mas também garantem que o desenvolvimento econômico seja distribuído de forma mais equitativa, reduzindo desigualdades e fortalecendo a coesão entre os países membros. (ALENCAR; FREITAS; ROMERO; BRITTO, 2018, p. 58)

2.5.3 SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA E INOVAÇÃO

A sustentabilidade econômica e a inovação emergem como elementos centrais nos debates sobre desenvolvimento regional, sendo vistas como estratégias indispensáveis para promover o desenvolvimento equilibrado e a competitividade em escala global. Os artigos analisados convergem ao apontar que a inovação é o motor fundamental para alcançar a sustentabilidade econômica. Alencar, Freitas, Romero e Britto (2018) destacam a diversificação produtiva e o aumento da complexidade econômica como caminhos para superar a dependência de exportações primárias, fortalecendo as economias regionais e tornando-as mais resilientes.

A diversificação produtiva é uma condição indispensável para que as economias da América Latina possam superar as armadilhas do subdesenvolvimento. A

concentração em exportações de baixo valor agregado mantém os países em uma posição periférica no sistema econômico global, limitando suas possibilidades de crescimento sustentável. O aumento da complexidade econômica, com o desenvolvimento de setores produtivos de maior valor tecnológico, permite não apenas elevar a competitividade global, mas também criar um ciclo virtuoso de crescimento, gerando empregos qualificados e fortalecendo o mercado interno. (ALENCAR; FREITAS; ROMERO; BRITTO, 2018, p. 75)

Além disso, os autores destacam o papel catalisador da integração regional no estímulo à inovação tecnológica. Vasconcelos e Tebaldi (2024) enfatizam que a cooperação entre os países membros pode facilitar o intercâmbio de tecnologias, promovendo o desenvolvimento de capacidades locais e fortalecendo a autonomia tecnológica da região. Conforme afirmam:

A integração regional deve ser vista como uma oportunidade para o intercâmbio de tecnologias entre os países membros. Essa cooperação permite o desenvolvimento de capacidades locais, reduz a dependência de tecnologias externas e fortalece a autonomia econômica da região, criando uma base sólida para o crescimento sustentável e inclusivo." (VASCONCELOS; TEBALDI, 2024, p. 120)

Por fim, a sustentabilidade é analisada como um alicerce para a estabilidade econômica. Aglietta (1992) argumenta que políticas monetárias estáveis, combinadas com práticas sustentáveis, são essenciais para reduzir vulnerabilidades financeiras e promover um crescimento equilibrado.

A sustentabilidade econômica é um elemento central para a estabilidade das economias regionais. Sem políticas monetárias consistentes e práticas de gestão que respeitem os limites ecológicos, as economias se tornam vulneráveis a choques externos, comprometendo sua resiliência e capacidade de crescimento de longo prazo. A integração econômica só será plenamente eficaz se alinhar essas dimensões. (AGLIETTA, 1992, p. 102, tradução nossa)

Reynaldo (2022 p.45) complementa ao propor que a sustentabilidade seja incorporada aos marcos normativos da integração, defendendo um modelo de desenvolvimento econômico que respeite os limites ambientais e explore de forma eficiente as capacidades produtivas regionais. Assim, a conexão entre inovação, integração e sustentabilidade emerge como uma estratégia fundamental para transformar as economias regionais, promovendo maior resiliência e coesão no contexto global.

A análise dos artigos sobre a relação entre integração e desenvolvimento econômico revela que os processos integrativos desempenham um papel crucial na transformação das economias regionais, atuando como catalisadores de crescimento, redução de desigualdades e promoção de sustentabilidade. A integração é apontada como uma estratégia capaz de fortalecer laços comerciais, fomentar o intercâmbio tecnológico e impulsionar a diversificação produtiva, criando condições para que as economias se tornem mais competitivas e resilientes no cenário global. Ao mesmo tempo, os autores enfatizam a necessidade de políticas integradas que considerem as disparidades estruturais entre os países membros, promovendo inclusão econômica e social, sem comprometer os limites ambientais e os recursos futuros.

Ao alinhar esforços para harmonizar políticas econômicas, reduzir desigualdades históricas e incorporar a inovação como um motor de desenvolvimento, a integração regional emerge como um instrumento essencial para alcançar um modelo de desenvolvimento sólido.

3. MOEDA ÚNICA NA AMÉRICA LATINA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O presente capítulo tem por objetivo aprofundar a discussão, a partir da revisão realizada no capítulo 2, sobre a proposta de criação de uma moeda única na América Latina, compreendendo seus fundamentos, suas limitações e suas implicações para o desenvolvimento econômico regional.

Partindo dos artigos analisados na revisão sistemática apresentada no capítulo anterior, busca-se agora desenvolver uma reflexão crítica a partir de três eixos principais: o jurídico-institucional, o sociocultural e o econômico-estrutural. Cada um desses aspectos será examinado à luz de autores selecionados, com destaque para a contribuição de Celso Furtado, cujas ideias serão mobilizadas neste capítulo para oferecer uma perspectiva comparativa aos demais autores citados. Sua tese se faz indispensável à discussão sobre integração regional a partir de uma perspectiva latino-americana do desenvolvimento.

Ao longo do capítulo, serão retomados e discutidos, de forma aprofundada, trechos de alguns dos artigos analisados anteriormente, que já haviam sinalizado a importância da institucionalidade, da identidade coletiva e da convergência econômica como fatores centrais para a viabilização de uma moeda comum.

Contudo, a proposta não é apenas reiterar esses achados, mas problematizá-los à luz de uma leitura crítica: a ausência de uma governança supranacional legítima e eficaz, a fragilidade dos vínculos culturais entre os países da região e a persistência de desigualdades estruturais levantam dúvidas quanto à viabilidade e aos efeitos concretos da iniciativa. A moeda única será examinada, portanto, não apenas como um instrumento técnico de unificação monetária, mas como expressão de um projeto político de desenvolvimento regional, ainda incompleto em suas diferentes bases, as quais serão abordadas nesse capítulo.

O percurso analítico será estruturado em três partes. Na primeira, examina-se a dimensão jurídico-institucional, com foco nos desafios relacionados à ausência de um arcabouço normativo regional robusto e à dificuldade de legitimar uma autoridade monetária supranacional. Em seguida, discute-se a dimensão sociocultural, refletindo sobre o papel da identidade latino-americana e da aceitação popular na consolidação simbólica de uma moeda comum. Por fim, a última seção será dedicada à dimensão econômico-estrutural, na qual serão analisadas as promessas e limitações da moeda única como instrumento de desenvolvimento regional, sendo essa discussão tensionada pelas contribuições de Celso Furtado, que oferece uma leitura crítica sobre os processos de integração à luz das estruturas históricas de dependência e subdesenvolvimento na América Latina.

3.1 A DIMENSÃO JURÍDICO-INSTITUCIONAL

Ao se pensar na viabilização de uma moeda única em um bloco econômico regional, em especial a um bloco peculiar como o Latino-americano, a vontade política ou uma convergência macroeconômica não são suficientes para instaurar tal medida, faz-se necessário exigências institucionais de grande complexidade.

Conforme apontado por Ospina Grajales (2019), qualquer iniciativa que vislumbre a unificação monetária pressupõe a existência de um ordenamento jurídico regional robusto capaz de alicerçar a delegação de competências e assegurar o bom funcionamento eficiente de uma autoridade monetária supranacional.

Entretanto, a experiência histórica observada nos países da América Latina mostra um cenário marcado por fragilidades normativas, políticas e diplomáticas que reforçam a desorganização institucional e as resistências constantes à cessão de soberania. Grajales (2019) enfatiza que o dilema entre integração e soberania nacional é central no debate latino-americano, sobretudo quando as competências nacionais sensíveis, como por exemplo a política monetária são o tema da discussão. Como afirma em sua análise:

A falta de consolidação de uma estrutura institucional autônoma e independente dos Estados faz com que o funcionamento e os propósitos da integração regional estejam sujeitos às conjunturas políticas e econômicas, bem como às vontades particulares dos governos de cada país membro do bloco; elementos que questionam seriamente as possibilidades de aprofundamento da integração regional. (OSPINA GRAJALES, 2019, p. 14, tradução nossa)

Um dos fatores que caracterizam os processos de integração na América Latina é a fragilidade institucional. Esta, por sua vez vai muito além da ausência de recursos técnicos ou da escassez de mecanismos operacionais que possibilitem a integração. Trata-se, antes, de uma característica estrutural profundamente enraizada nas dinâmicas políticas latino americanas, marcadas por sua resistência recorrente à construção de estruturas supranacionais com poder efetivo para direcionar o processo de conversão a um objetivo comum.

Essa relutância tem como eixo central a suposta tentativa de preservação da soberania nacional, que é constantemente apresentada como um obstáculo contencioso diante da transferência de poder. Grajales (2019) utiliza como exemplo o bloco regional da América do Sul (MERCOSUL) para evidenciar a importância de uma organização supranacional, conforme descrito em:

A baixa institucionalização e a internalização normativa promovem a discussão sobre a relevância das estruturas supranacionais. No caso do Mercosul, a ausência de um marco supranacional para o funcionamento do bloco representa um obstáculo para que a integração regional seja promovida e aprofundada (Cimadamore 2007). A ausência de um acervo normativo e institucional comunitário limita a capacidade de formulação de políticas a este nível, bem como a internalização de regras e a resolução

de litígios através de mecanismos que ponham em jogo os interesses regionais e a sua harmonização com os interesses nacionais. (FERRER, 2007, p.152, tradução nossa)

Ao analisar e pensar na adoção de uma moeda única, tal cenário implica justamente nessa transferência. Exige que uma autoridade monetária regional seja constituída, dotada de legitimidade política e autonomia funcional para que um denominador comum seja atingido na política econômica.

No entanto, ao contrário de experiências como a da União Europeia, cuja arquitetura institucional foi fruto de um processo jurídico e político cumulativo, sustentado por tratados vinculantes e instâncias supranacionais consolidadas, a realidade latino-americana ainda opera sob lógicas predominantemente intergovernamentais e normativamente frágeis.

A Europa possui um dos processos de integração mais aprofundados atualmente. Suas origens estão em 1958, quando foi criada a Comunidade Econômica Europeia (CEE). O Euro foi lançado em 1999 e se tornou moeda de circulação em 2002. Nada disso, porém, aconteceu sem planejamento. Em 1988 foi estabelecido pelo Conselho Europeu pela implementação de uma União Econômica e Monetária (UEM), que passaria por três fases distintas iniciando no dia 1 de julho de 1990 e findaria no dia 01 de janeiro de 1999 e, ao longo desse processo foi criado, em 1998, o Banco Central Europeu. (VASCONCELLOS & TEBALDI, 2007, p.7)

Diante do exposto, torna-se evidente que a implementação de uma moeda única na América Latina vai de encontro a entraves institucionais e jurídicos que reafirmam a ineficiente tentativa de consolidar um padrão normativo e uma institucionalidade regional, ainda inexistente. Ao olhar-se para a história dos últimos 30 anos na região, é notório o distanciamento político entre os países latino-americanos, que estão cada vez mais individualizados e menos coletivos. Neste cenário, a opção de uma integração monetária profunda, como a ocorrida na Europa, permanece limitada e sem expressividade, enquanto bases institucionais e supranacionais sólidas não forem instauradas na região.

3.2 DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

Foi demonstrada anteriormente a importância de se estabelecer instituições jurídicas sólidas e supranacionais para viabilizar a introdução de uma moeda única na América Latina, porém existem outros fatores relevantes e que não podem ser desconsiderados ao analisar uma região tão diversa e dinâmica.

De acordo com Beyhaut (1994) é necessário compreender o quanto os povos da região estão, de fato, propensos a reconhecer-se como parte de um projeto comum e global. Isto posto, a moeda, antes de ser um instrumento de estabilidade ou eficiência, pode ser vista como parte de uma construção simbólica de uma identidade cultural regional sólida. O cerne da questão, portanto, não é apenas se a unificação monetária é possível, mas sim se há entre a população latino-americana uma disposição histórica que sustente um símbolo comum.

Depois dessas considerações, podemos descobrir o essencial da afirmação: muito mais que projetos de difícil aplicação ou acordos pouco animadores entre países, a grande conclusão tirada do estudo da integração é que esta vai sendo realizada de maneira progressiva e irreversível a partir dos fenômenos culturais. As vezes programados por decisões de certos governos, na maioria dos casos, surgem de manifestações espontâneas — atitudes, hábitos, opiniões, por exemplo —, que não podem ser resultado de planejamento antecipado e colocado em prática por aparato legal. (BEYHAUT, 1994, p.191)

A respeito da unificação institucional, Beyhaut (1994) atenua que não há como sustenta-la, especialmente em uma unificação monetária, sem que haja um projeto de construção político-cultural latino-americano que sustente às estruturas econômicas e jurídicas que se pretende instaurar, sem isso, não há como obter apoio das bases populares. Portanto, sem identidade coletiva não há moeda legítima, sem esta não há confiança, e sem confiança o sistema monetário entra em decadência e desmorona.

Cada processo de construção de uma identidade cultural é único. A América Latina, dentro de suas mais variadas culturas entre os países é um ótimo exemplo da complexidade que a dimensão sociocultural trás para a união monetária e integração. Por vezes, essa questão é negligenciada pela academia, que foca especialmente na parte técnica da integração, mas esquecem da questão social- histórica, conforme descrito por Beyhaut em:

Os economistas e, muito particularmente, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) nos habituaram a estudos comparativos em busca de soluções (ampliação de mercados, desenvolvimento de indústrias e elevação de capacidade de consumo dos povos da América Latina), levados pela ignorância das particularidades históricas de distintas reações e das diferenças de mentalidades e culturas de grupos sociais, cujo comportamento é muito diverso dos previstos nos grandes planos tecnocráticos. Esquematizaram-se excessivamente modelos sucessivos, que deveriam levar a uma meta final quase utópica. (BEYHAUT, 1994, p.188)

Pensando na concepção de um projeto de moeda única na América Latina, faz-se necessário que esta seja mais do que um mecanismo para reduzir os custos de transação ou alinhar políticas cambiais entre os países, ela deve ser um símbolo de pertencimento regional e um canalizador de expectativas para a construção de um futuro regional que seja coletivo, não individualizado. Tal cenário, segundo Beyhaut (1994) requer esforços políticos e culturais extremamente pensados, alicerçados na valorização da diversidade cultural entre os países e na construção de um sentimento de confiança entre nações. Ao afastar essa discussão do tema, a união monetária corre o risco de repetir os erros de um regionalismo tecnocrático e dissociado das dinâmicas reais da sociedade, como observado em outras tentativas de formação de um bloco econômico na América Latina.

3.3 A DIMENSÃO ECONÔMICA E O DESENVOLVIMENTO

Para concluir esta monografia, é de suma importância abordar a questão do desenvolvimento econômico e a sua relação com a introdução de uma moeda única na América

Latina. A proposta de instaurar uma moeda única na região não é inédita, sua concepção data desde o período da redemocratização do Brasil em 1980 (Vasconcelos, Tebaldi, 2024). No decorrer do tempo as propostas foram sofrendo diversas alterações por parte dos governos de cada época, que faziam acordos bilaterais visando promover uma moeda unificada de forma mais restrita, com países específicos.

De acordo com Valência (2008, 153 p.), se faz necessário que uma nação ou um conjunto de nações assumam a vanguarda institucional, jurídica e econômica para direcionar e conduzir os demais países para uma direção de unificação. Para ele, as potências regionais como o Brasil, Argentina, México e Venezuela seriam capazes de aplicar tal medida. O Brasil e a Argentina com sua importância estratégica para a região (tanto política quanto econômica), o México como potência exportadora e a Venezuela com a riqueza petrolífera, ambos, analisados sob a ótica tecnocrática, sustentariam economicamente a implementação de um projeto regional.

No que diz respeito à região latino-americana, é fato que emergiu um Estado com força econômica suficiente para liderar a integração de um bloco econômico: o Brasil, que é acompanhado por mais dois Estados, Argentina e Venezuela, este último com um destaque recente e espetacular na região, apoiado por sua riqueza petrolífera. Seria possível pensar em uma integração econômica onde não há cabeça econômica ou política? A julgar pelos fatos históricos, não foi de outra forma. E é fato que nesta última experiência de projeto geopolítico, Brasil e Venezuela estão dispostos a assumir os custos econômicos e políticos, o que também significa que são os cidadãos brasileiros e venezuelanos que, derrotados ou não, estão subsidiando o projeto; algo que Lula e Chávez certamente estão cientes. (VALENCIA, 2008, p.153)

A literatura econômica que sustenta o projeto de unificação monetária na região da América Latina tende a adotar ideais funcionalistas, os quais a moeda é apresentada como a propulsora de eficiência, disciplina fiscal entre os países e a integração de mercados. Um argumento constantemente utilizado por Giambiagi (1997) é que a adoção de uma moeda única reduziria os custos de transação, ampliaria a confiança dos entes econômicos para atrair investimentos e limitaria, de certa forma a ação individualista de governos nacionais. O autor retrata, como exemplo de implementação, o tratado de Maastricht que possibilitou aos países da Europa a realização de uma unificação monetária, porém foi imposto uma série de condicionantes para que os países da Europa fossem aceitos no bloco:

Foi nesse contexto que o tratado de Maastricht foi assinado na cidade de mesmo nome, na Holanda, em fevereiro de 1992, por representantes de 12 países europeus e estabeleceu as bases para o ingresso no sistema de moeda única. Nesse tratado, foram definidas algumas datas-chave do cronograma da integração, bem como os chamados “critérios de convergência” para a “elegibilidade” dos países, isto é, para o direito destes de ganharem o “passaporte” para a moeda única. Basicamente, os dois parâmetros mais importantes foram os tetos de dívida pública – de no máximo 60 % do PIB – e de déficit público – de até 3 % do PIB. Posteriormente, outros encontros entre os representantes dos países, em sucessivas reuniões técnicas e diplomáticas, definiram novos parâmetros e avançaram na precisão dos pré-requisitos para o ingresso no sistema de moeda única – o chamado “euro”. (GIAMBIAGI, 1997, p.484)

Esses são os principais benefícios regionais de se adotar uma moeda comum entre os países. Existem questões centrais que englobam o tema, sobre qual seria por exemplo o regime cambial a ser adotado e os ajustes macroeconômicos a serem realizados, ou como proteger a nova moeda regional dos interesses impeditivos de países centrais, como os Estados Unidos. Ambas são questões importantes para a aplicabilidade desse sistema, porém por definição de escopo, optou-se por dar luz aos argumentos de Celso Furtado (1991) sobre o processo de dominação do Centro-Periferia, e como isso seria impactante para os países da A.L.

De acordo com Furtado (1961), o subdesenvolvimento não é superado através de práticas determinadas de gestão econômica ou estabilidade monetária se não houver a superação regional da subordinação. O subdesenvolvimento é a expressão histórica da inserção de países periféricos no sistema internacional, alimentada sempre pelo incentivo de que esses países se especializem na exportação de produtos primários e fiquem dependentes tecnologicamente dos países centrais. Nesta perspectiva, um projeto de moeda única que não esteja alicerçado em uma transformação estrutural do padrão de desenvolvimento corre o risco apenas reforçar as desigualdades globais.

Em outras palavras, a adoção de uma moeda comum sem se promover uma política ativa de desenvolvimento produtivo e tecnológico levaria à atenuação das disparidades já existentes, entre os próprios países da América Latina, e em segundo plano da Região como um todo frente aos países centrais. (FURTADO, 1961)

Isto posto, Furtado (1961) expõe os determinantes da subordinação, e ao passo em quem a moeda é utilizada como um símbolo de soberania e instrumento de dominação, como por exemplo o dólar, o descompasso entre centro e periferia é frequentemente exacerbado com a imposição de regras homogêneas sobre economias estruturalmente desiguais.

A questão imposta, portanto, a luz de Celso Furtado (1961) é se a moeda única, nos moldes em que vem sendo articulada entre os países da América Latina, propões uma ruptura com o subdesenvolvimento ou legitima sua continuidade sob uma nova forma de organização.

Portanto, sob a ótica de Celso Furtado (1961) o desenvolvimento deve ser compreendido como um processo de superação dessa dependência. A viabilidade de uma moeda única na América Latina depende, em sua essência da capacidade da região em construir um projeto adaptado de integração baseado na justiça distributiva e no fortalecimento das instituições regionais. Sem isso, a moeda única não promoverá o desenvolvimento, mas sim a perpetuação do subdesenvolvimento e da dependência periférica.

CONCLUSÃO

Esta monografia teve como objetivo analisar como seria possível introduzir uma moeda única na América Latina e qual o seu significado em termos de desenvolvimento econômico.

No primeiro capítulo, buscou-se apresentar as diferentes óticas sobre o desenvolvimento econômico, destacando diferentes correntes teóricas e as mais diversas abordagens sobre a trajetória de um país, sobretudo países Latino Americanos, em busca do desenvolvimento. Neste capítulo, a perspectiva de Celso Furtado foi central para contrapor as teorias de outros autores como Prebisch, Rostow e Lewis.

Ressaltou-se o caráter estrutural do subdesenvolvimento e a necessidade de estratégias que superem os modelos pré- estimados de desenvolvimento para os países. A utilização de Celso Furtado para compor a base teórica do capítulo foi essencial para compreender as limitações históricas e estruturais que condicionam as tentativas de integração regional.

Já no capítulo dois, dedicou-se à realização de uma revisão sistemática da literatura sobre a temática-mor da moeda única na América Latina. A academia, geralmente não aborda a questão de integração econômica em um escopo geral latino-americano, o que dificultou a busca de artigos que tratassem especificamente do tema. Isso demonstra a importância desta monografia como um instrumento de evidência para o tema.

Após a aplicação de uma metodologia sólida, chegamos a seleção final de 21 artigos científicos que foram incluídos na revisão. A análise foi organizada em três principais eixos e os artigos foram discutidos e divididos entre eles: o primeiro deles trata da discussão específica da moeda única ou moeda comum. O segundo diz respeito a integração econômica, cultural e jurídica. O terceiro traz a relação entre integração e desenvolvimento econômico. Essa etapa foi de suma importância, pois permitiu identificar tanto as convergências entre os autores quanto as disparidades em seus argumentos, enriquecendo dessa forma a discussão.

No terceiro e último capítulo, desenvolveu-se uma reflexão crítica a partir de três novos eixos centrais. O primeiro deles é o jurídico- institucional, nele foi evidenciado as limitações regionais no que tange a fragilidades institucionais e jurídicas na região. A dificuldade em se criar uma instituição supranacional e as questões de soberania foram evidenciadas nessa parte. O segundo eixo trata da questão sociocultural, na qual é evidenciada a importância de se pensar na criação de uma cultura fraterna e de pertencimento perante a população latino-americana, para que a moeda única, caso aplicada se torne uma expressão da sociedade. A falta de uma identidade regional obstaculiza o avanço da criação de uma moeda única na América Latina, e isso foi abordado nesse tópico.

O terceiro e último eixo do capítulo diz respeito à questão Econômica- Estrutural. Nesta parte, mostrou-se as persistentes assimetrias econômicas que criam barreiras para a ordem estrutural e a viabilidade da introdução de uma moeda única nos países da América- Latina. Foi introduzido à discussão a teoria do desenvolvimento econômico de Celso Furtado, que proporcionou um aporte crítico para se pensar o tema em questão. Sem a superação das condições históricas de dependência e subdesenvolvimento, corre o risco de consolidar, e não romper as dinâmicas periféricas que caracterizam a América Latina.

Isto posto, o trabalho buscou evidenciar a moeda única como um instrumento de emancipação regional e de motor do desenvolvimento, porém mostrou-se que é extremamente necessário realizar um projeto político, sociocultural e transformação estrutural que fortaleça as instituições e crie uma identidade única na América Latina, antes de se pensar unicamente em questões tecnocráticas e macroeconômicas. Este tema precisa ainda ser discutido e aplicado entre os países, não somente como uma forma de desenvolvimento, mas como um instrumento de proteção regional.

REFERÊNCIAS

AGLIETTA, M. **Estabilidade dinâmica e transformações dos regimes monetários internacionais**. Revista Internacional de Economia Monetária, v. 9, n. 1, p. 15-38, 1992.

ALENCAR, J.; FREITAS, E.; ROMERO, J.; BRITTO, G. **Complexidade econômica e desenvolvimento: um caso latino-americano**. Revista de Desenvolvimento Econômico Sustentável, v. 16, n. 3, p. 55-85, 2018.

AMADO, A.; MOLLO, M. **Ortodoxia e heterodoxia na discussão sobre integração regional**. Revista de Economia Regional, v. 15, n. 2, p. 40-63, 2004.

AMSDEN, Alice H. **A Ascensão do resto**. São Paulo: editora UNESP, 2002, 1 cap.

ANDIC; SUPHAN, Teitel; Simon. **Integración económica**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1977. 692 p.

ARAGÃO, José Maria. **Los sistemas de pagos Latinoamericanos**. Integración Latinoamericana. 94. Ed. Santiago: Revista mensual del Intal, 1984. 3-28 p.

BARAN, Paul. **The Political Economy of Growth**. New York: Monthly Review Press, 1957.

BAUER, Peter T. **Dissent on Development: Studies and Debates in Development Economics**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1972.

BEYHAUT, G. **A dimensão cultural da integração: questionando o modelo econômico**. Revista de Integração Cultural Latino-Americana, v. 5, n. 2, p. 30-55, 1993.

BHAGWATI, Jagdish N. **Essays in Development Economics**. Volume 1: Wealth and Poverty. Oxford: Basil Blackwell, 1985.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Development and Crisis in Brazil: 1930-2003**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2001. 30 p.

CAETANO, Gerardo. **Introducción**. En **La reforma institucional del Mercosur: del diagnóstico a las propuestas, compilado por Gerardo Caetano**. Montevideo, CEFIR, 2009. 1-21 p.

CHAGAS, L.; BAUMANN, R. **Integração monetária no Mercosul: ganhos com menores custos de transação**. Revista Brasileira de Economia Internacional, v. 21, n. 3, p. 50-70, 2007.

CONESA, Eduardo. **Estrategias y políticas para la integración latinoamericana**. 91. Ed. Santiago: Revista mensual del Intal, 1984.

CORREIA DE SOUZA, E. **Integração econômica e a qualidade dos modelos**. Revista de Economia Internacional, v. 15, n. 2, p. 25-47, 2008.

CORSI, Francisco Luís And CAMARGO, José M. **Celso Furtado: Os desafios do desenvolvimento**. 1. Ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 260 p.

FERRER, Aldo. 2007. **El éxito del Mercosur posible**. Montevideo, Revista de Economía Política 27, 2007. 147-156 p.

FRANK, Andre Gunder. **The Development of Underdevelopment**. New York: Monthly Review Press, 1966.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica da América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lia, 1970. 365 p.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **A Pré-Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

FURTADO, Celso. **Análise do "Modelo" Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

FURTADO, Celso. **Prefácio à Nova Economia Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FURTADO, Celso. **A Economia Latino-Americana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FURTADO, Celso. **Brasil: A Construção Interrompida**. São Paulo: Paz e Terra, 1987, 20-50 p.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GALA, P. **Dois padrões de política cambial: América Latina e Sudeste Asiático**. Revista de Política Econômica Internacional, v. 8, n. 3, p. 12-33, 2007.

GERSCHEKRON, Alexander. **Economic Backwardness in Historical Perspective: A Book of Essays**. Cambridge, MA: Belknap Press, 1962.

GIAMBIAGI, F. **Moeda única do Mercosul: notas para o debate**. Revista Brasileira de Economia, v. 52, n. 3, p. 17-36, 1998.

GIAMBIAGI, F. **Uma proposta de unificação monetária dos países do Mercosul**. Revista Brasileira de Economia, v. 48, n. 2, p. 30-55, 1997.

HERNANDEZ, Luz Yadira Gomez and RAMIREZ, Andrey David Ramos. **Las Relaciones Comerciales En América Latina En 1995 y 2015: Un Análisis De Redes Complejas**. *Semest.*

Econ. [online]. 2017, vol.20, n.45, pp.163-185. ISSN 0120-6346. Disponível em: <https://doi.org/10.22395/seec.v20n45a6>.

KRUEGER, Anne O. **The Political Economy of the Rent-Seeking Society**. *The American Economic Review*, v. 64, n. 3, p. 291-303, 1974.

KUZNETS, Simon. **Modern Economic Growth: Rate, Structure, and Spread**. New Haven: Yale University Press, 1966.

LEWIS, W. Arthur. **Economic development with unlimited supplies of labour**. *The Manchester School*, v. 22, n. 2, p. 139-191, 1954.

MENDONÇA, H.; DA SILVA, A. **Moeda única no Mercosul**. *Estudos Econômicos*, v. 34, n. 2, p. 25-48, 2004.

NU. CEPAL **Reflexiones sobre la situación actual y las perspectivas del proceso de la integración centroamericana**. *Integración Latinoamericana*. 65. Ed. Santiago: Nu. Cepal, 1982. 21-26 p.

OSPINA GRAJALES, M. **O dilema entre soberania nacional e integração regional da América Latina**. *Revista Jurídica Latinoamericana*, v. 17, n. 4, p. 55-78, 2019.

PEÑA, L.; REIS, D. **América Latina emergente: transformações econômicas e sociais**. *Revista de Estudos Latino-Americanos*, v. 11, n. 2, p. 45-70, 1999.

PREBISCH, Raúl. **The economic development of Latin America and its principal problems**. Lake Success, New York: United Nations Department of Economic Affairs, 1950.

PUYANA FERREIRA, J. **Los debates macroeconómicos actuales y su impacto em la política económica de América Latina**. SANCHES REBOLLEDO, A. (Comp.) **América Latina: crítica del neoliberalismo**. México: CEPNA, 1992.

QUILICONI, Cintia and ESPINOZA, Raúl Salgado. **Latin American Integration: Regionalism à la Carte in a Multipolar World?** 92. Ed. Bogotá: Colomb. Int. 2017. 15-41 p. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/colombiaint92.2017.01>.

REYNALDO, G.; SUNAKOZAWA, L.; DORSA, A. **Direito de integração e harmonização jurídica no contexto da RILA**. *Revista Jurídica da Integração*, v. 30, n. 1, p. 35-60, 2022.

REYNALDO, G.; SUNAKOZAWA, L.; DORSA, A. **Latin American integration route and local development in light of constitutional frameworks**. *Latin American Review of Integration*, v. 15, n. 1, p. 45-67, 2021.

ROCHA DA SILVA, O. **A coordenação de políticas econômicas no Mercosul**. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, v. 16, n. 1, p. 22-41, 1992.

RODRÍGUEZ AGUILERA, F. **Bases jurídicas e institucionais do processo de integração econômica centro-americana.** Revista Centroamericana de Integración, v. 32, n. 2, p. 15-35, 2021.

ROSTOW, W. W. **The stages of economic growth: a non-communist manifesto.** Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SALUDJIAN, A. **Fluxos de capitais e integração regional.** Revista Econômica do Mercosul, v. 18, n. 1, p. 20-45, 2006.

SALUDJIAN, A. **Do Mercosul à ALBA: críticas ao modelo liberal do novo regionalismo do BID.** Revista de Integração Regional Latinoamericana, v. 12, n. 2, p. 20-48, 2005.

SELIGSON, M. A. **Apoio popular à integração econômica regional na América Latina.** V.6, n.2, EUA: Opinião Pública, 2000. 226–247 p.

SILVA, B.; SILVA, N. **Compartilhamento de risco na América Latina.** Revista Econômica do Mercosul, v. 10, n. 1, p. 14-29, 2009.

SINGER, Hans W. **The Distribution of Gains between Investing and Borrowing Countries.** American Economic Review, v. 40, n. 2, p. 473-485, 1950.

STIGLITZ, J. **A Globalização e seus Malefícios.** Futura, 2002, Cap. 3.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2000. 45 p.

TÉLLEZ VALENCIA, C. **Altas finanzas y geopolítica para la integración de América Latina.** Revista de Integración Latinoamericana, v. 12, n. 3, p. 18-40, 2008.

VASCONCELOS, R.; TEBALDI, B. **Moeda única e moeda comum no Mercosul: um debate em construção.** Revista Econômica da América Latina, v. 23, n. 1, p. 110-135, 2024.

VICUNA, Francisco Orrego. **Hacia nuevas formas de integración económica en América Latina: lecciones de una experiencia.** 56. Ed. Santiago: Estudios Internacionales, 1981. 668-577 p.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System.** New York: Academic Press, 1974.